

REVISTA
OXENTE!

NOVEMBRO 2025 | EDIÇÃO 22

Boa Esperança:
raízes que resistem, esperanças que florescem

Sob o manto das águas:
*os festejos de São Pedro como
patrimônio vivo do povo
ribeirinho*

Um pedaço da
África no Piauí

Em Teresina há
cultura pra mim?

“Guardiões do Poty”:
*entre redes e aguapés,
há uma luta por preservação
e subsistência*

ÍNDICE

Boa Esperança: raízes que resistem, esperanças que
florescem.....

4

Sob o manto das águas: os festejos de São Pedro como patrimônio vivo do povo
ribeirinho.....

14

Balé afro em Teresina: quando a dança vira identidade.....

18

“Guardiões do Poty”: entre redes e aguapés, há uma luta por preservação e
subsistência.....

22

Um pedaço da África no Piauí.....

26

Benção dos Romeiros.....

34

Feirinhas pra que te quero.....

38

Igreja São Benedito: fé, cultura e história no coração de
Teresina.....

42

Na frequência da Rádio UFPI e suas transformações com a passagem do
tempo.....

46

Tambor como Manifesto: O III Festival de Batuques e a Força dos Quilombos do
Piauí.....

52

O poder da palavra em cena.....

58

Em Teresina há cultura pra mim?.....

64

Família Pereira Batista: quando a solidariedade se transforma em
herança.....

68

Embalos de Segunda à Noite.....

72

EXPEDIENTE

Repórteres

Arnaldo Bruno Gomes
Bruna Spíndola
Daniel Oliveira
João Pedro Luna
Maira Giovana Campos
Pablo Magalhães
Vitória Coutinho

Editora-chefe

Mayra Alessandra Carneiro

Diagramação

Daniel Oliveira
Pablo Magalhães
Vitória Coutinho

Supervisão

Ana Regina Rêgo

Projeto executado como avaliação da disciplina Jornalismo Cultural (DSCO/CCE046 - JORNALISMO CULTURAL - 2025.02 - T01), do curso de Jornalismo, ministrado pela professora mestranda no Departamento de Comunicação Social/CCE da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mayra Alessandra Carneiro.

Boa Esperança: raízes que resistem, esperanças que florescem

Entre fé, trabalho e memória ancestral, a Comunidade Boa Esperança resiste ao apagamento e reafirma sua identidade

Por Pablio Magalhães

“Aqui é onde eu moro, aqui é tudo para mim, aqui é onde eu consegui tudo, aqui é tudo meu, tudo eu resolvo aqui”, assim descreve Jocilene Moraes, mais conhecida como Mãe Joyce, sobre o seu terreiro. A umbandista de 49 anos expressa a conexão com o espaço que montou com cuidado durante anos, adornado com imagens de Virgem Maria, Preto Velho, São Francisco, Ogum, terços, cocás, velas e outros elementos sagrados. Atualmente a Casa de Oxóssi Tenda Nossa Senhora das Graças, chamada carinhosamente de casinha por Joyce, era inicialmente feita de taipa, hoje é levantada em tijolos e acolhe, além dos filho-de-santo de Joyce, moradores da região e quem deseja visitar.



Mãe Joyce. Foto: Pablio Magalhães

Com a mudança e o desenvolvimento da capital, os moradores produziam alimentos para consumo próprio e vendiam parte da produção no centro da cidade. As olarias foram outra alternativa de trabalho comum para subsistência, onde utilizavam barro e argila para a produção de tijolos, telhas e peças de cerâmicas.

Joyce conta que aprendeu ambos os ofícios com seus pais, preferia mesmo o trabalho na roça pela disponibilidade de trabalho. Na região, quem tinha sua plantação, ainda poderia entrar em acordo para trabalhar para outros agricultores em suas plantações que já estavam em época de colheita. “A gente tinha muita opção, não só de trabalhar para você mesmo, mas para o outro.



“Eu tinha acabado de plantar a minha, mas aquele ali já estava botando [ponto de colheita] e pagando na diária”. Quem aceitava esses empregos, muitas vezes eram pagos, em vez do dinheiro, com frutos da colheita - como abóbora, quiabo, feijão - ou recebia os dois como pagamento.

Joyce conta que aprendeu ambos os ofícios com seus pais, preferia mesmo o trabalho na roça pela disponibilidade de trabalho. Na região, quem tinha sua plantação, ainda poderia entrar em acordo para trabalhar para outros agricultores em suas plantações que já estavam em época de colheita. “A gente tinha muita opção, não só de trabalhar para você mesmo, mas para o outro. Eu tinha acabado de plantar a minha, mas aquele ali já estava botando [ponto de colheita] e pagando na diária”. Quem aceitava esses empregos, muitas vezes eram pagos, em vez do dinheiro, com frutos da colheita - como abóbora, quiabo, feijão - ou recebia os dois como pagamento.

A autossuficiência da comunidade era louvável, mas ela foi quebrada com uma política desumanada de gentrificação e apagamentos pelas elites que perdura há anos.

Este processo começou ainda na mudança da província da Barra do Poty para a Chapada do Corisco. O processo de marginalização da população ao norte da cidade já iniciou com um Ofício de 20 de dezembro de 1851, endereçado ao presidente do conselho de ministros do Império, o Visconde de Monte Alegre, o presidente da província, José Antônio Saraiva. “O conselheiro Saraiva resolveu levar as pessoas gradas, ou seja, as pessoas ricas, para a Chapara do Corisco, na qual doou terras para construir os primeiros prédios da cidade”, explica o historiador Raimundo Pereira Filho, especialista em Cultura Afrobrasileira e Africana. A justificativa infundada era que a região do Poty era propensa a doenças e a alagamentos. A partir daí as mãos da administração pública esqueceram a região e tempos depois usaram seus tentáculos para tentar conquistar a região.

A falácia dos governantes era rebaixar o povoado em torno da crescente Teresina em áreas pobres e indignas de moradia para a população. Quem habitava o local tinha suas terras como ouro, e as águas dos rios como elemento sagrado. A própria comunidade tornou a região valorizada instintivamente, apenas realizando as atividades que lhe eram comuns para viver. “A própria construção da comunidade foi feita nos quintais, a forma como a comunidade vive, preservando a margem do rio. Eles viram aquilo ali como um oásis dentro da cidade”, destaca Raimundo. A população da região prosperou e isso, obviamente, chamou a atenção.

As estratégias para minar o desenvolvimento e a autossuficiência foram perversas. As mais eficientes foram a criação de leis para proibir as atividades econômicas da população local. A Lei Municipal nº 3.646 de 14 de junho de 2007 que institui o Código Sanitário, sendo atualizada em 2016, proibiu a criação de animais, afetando quem produzia gado. As olarias também foram vedadas, com a alegação que as jazidas de argilas estavam esgotadas e o ofício agredia o ecossistema da região. Mas foi um projeto recente que atormentou e acelerou ainda mais esse processo, o Programa Lagoas do Norte (PLN). O projeto tinha a proposta de revitalização urbana e reurbanização na Zona Norte da Capital. Mas no texto o que se via era um plano de desapropriação. Permanência não estava nas linhas do documento, nem era a intenção de elaborar esse ponto. O Programa foi inicialmente implantado em 2004, a primeira fase de implantação do projeto foi concluída em 2016. Para se ter a noção do tamanho do projeto, ou problema, a prefeitura contava com o apoio do Banco Mundial injetando dinheiro para o financiamento do plano. Os projetos da PNL previam duplicar a Avenida Boa Esperança, além da implantação do parque, praças, para a construção de um complexo turístico.

Em 2014 ocorreram os momentos de maiores aflições pelos moradores da região. Em dezembro daquele ano a comunidade foi surpreendida com a visita de equipes de assistentes sociais vinculada a PLN.

As equipes fizeram medições e fotografaram os imóveis, sem a autorização dos moradores, sendo informados que as suas famílias seriam removidas do local e teriam que decidir: ir para outro imóvel ou aceitar uma indenização. “Teve até gente que morreu. Foi uns idosos que chegaram a morrer de desgosto, de raiva. Já eram idosos, e tem a questão do colesterol, pressão alta, não aguentaram”, lembra Joyce com o desenrolar dos acontecimentos na época. O morador que perdia sua casa recebia um valor referente ao valor original de sua terra avaliado pelos assistentes sociais, na maioria das vezes irrisórios, ou destinavam apartamentos para a mudança das famílias. Muito além do dinheiro, o que se troca é um modo de viver e suas raízes. “Como é que tu tem uma casa, pode ser de taipa, tu vai querer morar num apartamento?! Você é acostumada a ser tipo de lavrador para viver dentro de um apartamento daquele? Mas o ser humano era obrigado a fazer isso”, lamenta Joyce.

Lutar para curar

“Nós extraímos o calor no fogo.../ Eles expropriam o fogo do calor!/ Nós extraímos a vida na terra.../Eles expropriam a terra da vida!”, esse é um trecho do poema “Nós extraímos” do eterno Nego Bispo. O militante do movimento social quilombola e direitos da terra explora a ideia de que a colonização extrai os saberes e modos de vida ancestrais, uma relação de dominação com a natureza.

A desapropriação de imóveis na Comunidade Boa Esperança é uma reprodução do poema. Tiram casas onde há vida, pessoas ligadas à terra e as águas confluentes que banham a região, que partilham de uma relação mútua de coexistência para dar lugar a construções com objetivo estético e ambicioso das elites. Mas Antonio dos Santos Bispo também sempre falou de resistência. Assim, uma personagem de voz poderosa destacou-se na resistência contra o processo de gentrificação pelo Programa Lagoas do Norte: Maria Lúcia de Oliveira Sousa.



Maria Lúcia. Foto: Arquivo pessoal.

Lúcia nasceu na comunidade, sua mãe, Davina de Oliveira Sousa, é originária de José de Freitas e se mudou para Teresina após ficar órfã, conheceu Antônio Ferreira de Sousa no bairro Buenos Aires, se casaram e depois se mudaram para o bairro São Joaquim. Dona Davina era uma excelente vazanteira. Seu Antônio, conhecido como Seu Roxo devido a sua pele retinta que parecia reluzir nesta cor, exerceu diversas profissões, desde trabalhar nas olarias, pesca, roça, vacaria, entre outros ofícios. Os pais de Lúcia sempre mostraram o significado de pertencimento. “Eles ensinaram a gente o sentimento de pertencimento nesse território, a gente pertence a esse território. Nós ajudamos a construir tudo o que tem aqui, inclusive em Teresina”, Lúcia relembra.

Nos anos 70, em plena ditadura militar, Seu Roxo trabalhava como vaqueiro em uma fazenda de portugueses da região, em certo dia uma vaca do rebanho sumiu e ele foi acusado injustamente de ter roubado o gado. Homem valente e íntegro, não poupou a voz em retrucar na porta de sua casa sobre o caso de discriminação e as más condições de trabalho que sofria na fazenda. Empunhado seu facão no alto, ainda escancarou o poder extremista dos militares e o desprezo pelos governantes que apoiavam os ditadores. Suas falas foram provocantes e chegaram ao destinatário. “Meu pai foi denunciado e foi preso, foi detido na época da ditadura militar, ele tava sentado na porta de casa quando a polícia chegou, chamou ele e levou ele preso”.

A partir deste evento Seu Roxo passou a trabalhar somente para si e sua família.

A figura de Seu Roxo com sua valentia e forma de se impor formou Lúcia como pessoa. Quando os casos de despejos de moradores a comunidade começaram a ocorrer, Lúcia não tolerou o descaso, junto com os moradores a comunidade se organizou para lutar. Em 2008 fundaram uma associação para representar a defesa dos direitos e interesses da comunidade, nasceu assim o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, o nome homenageava o homem que lhe inspirou em vida. “Eu não faço isso por vaidade, mas por indignação. É lutar porque é uma forma que eu entendo também como forma de curar. Porque acredito que não existe cura sem luta nessa diáspora”. Os protestos levavam um questionamento nos cartazes, “Lagoas do norte pra quem?”. As pessoas da comunidade não eram vistas pelo Programa Lagoas do Norte, mas a mobilização dos moradores mostraram o rosto desta população, que chamou a atenção do Ministério Público, da Defensoria, universidade, da população e outras instituições.

A cada argumento de remoção das moradias dos moradores pela prefeitura a comunidade fazia uma contraofensiva para desmentir as justificativas, e não foram poucas. O pretexto para a duplicação da Avenida da Boa Esperança foi que melhoraria o fluxo do trânsito. Após não sustentarem a ideia, levantaram a suposição que as casas estavam em uma Área de Preservação Permanente (APP) do rio Parnaíba.

Uma última ofensiva foi a maquinação de uma teoria na qual a avenida é uma barragem de proteção às enchentes e por isso as casas estavam sujeitas a remoção. Todos os pontos apresentados pela prefeitura foram derrubados pela comunidade, que contou com a ajuda voluntária de profissionais das áreas do direito, história, arquitetura, antropologia, comunicação social, serviço social, psicologia e pedagogia.



Obras do programa Lagoas do Norte. Foto: Prefeitura de Teresina

A segunda fase do programa, iniciada em 2016, tinha o investimento de recursos em torno de R\$300 milhões pelo Banco Mundial através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. As reivindicações sobre o projeto chegaram na mesa dos executivos do principal investidor no programa. A instituição então resolveu realizar uma inspeção, fruto do pedido de 202 famílias que denunciavam as violações de Direitos Humanos e Territoriais cometidos pelo Programa Lagoas do Norte. Entre 2019 e 2020, inspetores ligados ao banco visitaram a comunidade, conversaram com líderes comunitários e moradores.

Todos esperaram ansiosamente o término da avaliação e o resultado definitivo.

A espiritualidade sempre foi uma aliada dos moradores da comunidade, que possuem os mais diversos credos, durante os anos de luta contra o projeto. Seja para confortar quem estava em aflição ou oferecendo forças para manter sua jornada. Mãe Joyce tinha medo de perder sua casa, temia que seus conhecidos também tivessem que deixar a comunidade. Tinha o receio de perder o seu terreiro.

Um episódio particular ocorreu na época da inspeção feita por funcionários do Banco Mundial. Lúcia andava pelas ruas com os representantes do banco que realizavam a vistoria, ela aparentava estar cansada e aflita. Joyce percebeu a inquietação de Lúcia, tentou acalmá-la e convidou o grupo para o seu terreiro. “Eu abracei ela e disse: mulher, traz esse povo aqui para dentro. Ela trouxe eles para cá, fui me montar, botei minha saia, botei meu turbante e vim para conversar com o povo”. Lúcia pediu para Joyce explicar para a equipe o motivo de não querer deixar o local. Um dos gringos que integrava o grupo chamou a atenção de Joyce, que de acordo com ela “era branco de doar”. O estrangeiro sentou-se na guna, na base da coluna central do terreiro, um elemento simbólico em torno da qual o mestre conduz a cerimônias que têm conexão com o divino. Quando solicitado para se levantar, ele continuou sentado e exclamava alguma coisa do seu inglês para uma tradutora que os acompanhava. Ele afirmava não conseguir se pôr de pé, dizendo estar preso ao local.

Quando a conversa entre eles terminou, foi quando ele finalmente conseguiu se levantar, com a estranheza no rosto e impressionado com o que acabara de acontecer.

Coincidência ou não, após o incidente, em 2021 finalmente saiu o parecer da inspeção, o Banco Mundial retirou sua participação no financiamento do Programa Lagoas do Norte. O relatório reconhecia falhas na implantação do projeto em suas etapas anteriores, principalmente por não considerar as especificidades da localidade com uma comunidade tradicional. A execução do projeto foi interrompida. Na casinha de Joyce parecia que o divino interviu diretamente em que queria incomodar um lugar sagrado. Não se sabe se aquele homem branco ficou comovido, mas no momento ele solicitou para Joyce explicar o que houve. “Eu falei que cada um tem o seu segredo. Não vou tentar explicar o que tem aqui dentro desse segredo. Eu não expliquei, mas foi porque eu não quis”. Talvez Joyce não explicou por antipatia por aquele homem, talvez porque mesmo explicando ele não entenderia, possivelmente devido às diferenças culturais, religiosas ou até mesmo devido ao idioma. A linguagem foi a única coisa que Joyce ficou curiosa ao ver sons saindo da boca daquele indivíduo e não entender nada. Chamou tanto atenção dela que resolveu se matricular em um curso para aprender o idioma. “Me deu uma curiosidade tão grande de aprender a falar inglês, mas eu ainda vou aprender. Eu até me matriculei.



Até hoje estou aqui e daqui eu só pretendo ir, quando Deus me chamar, que chegar a minha hora de ir para minha outra morada”

– Joyce

Não fui ainda porque eu fiz essa cirurgia nesse tornozelo aqui”, ela aponta para o pé com uma cicatriz. De acordo com Joyce o curso tem duração de 3 anos e deseja ir para as aulas o quanto antes.

“Vim morar aqui. Até hoje estou aqui e daqui eu só pretendo ir, quando Deus me chamar, que chegar a minha hora de ir para minha outra morada. Mas daqui eu não pretendo sair não”, as palavras de Joyce expressam um sentimento comum dos moradores da comunidade.

Memória e afeto

É fim de tarde, o céu em Teresina deixa sua cor azul-celeste para ser tomado de tons alaranjados. Na praça da Igreja São Judas Tadeu, no bairro São Joaquim, um grupo de pessoas batem palmas no ritmo de um canto. No centro da praça, a música é ritmada por batidas de instrumentos de percussão, como tambores e pandeiro. Quem assume os instrumentos são crianças.



Boi Mimo da Boa Esperança e banda Brilho das Águas. Foto: Pablio Magalhães

Enquanto os pequenos tocam, uma figura dança próximo a eles, é o Boi Mimo da Boa Esperança que brinca para o público que assiste. O boi de cor preto tem adornos decorativos e imagens religiosas em seu corpo: uma igreja, a Nossa Senhora Aparecida, São Pedro, flores, um coração em sua cabeça. Os movimentos rotacionais espalham a sua manta em tecido branco e azul. “Hoje tu tá poluída/ Decretaram essa ferida/Foi o povo das cadeira do poder/Lá vem lá vem abençoado eu lamento/O desprezo que tivemos com você/ Todo mundo aqui queria/ Se banhar em água limpa/ Mas não pode e eu quero saber porque”, o canto remete a poluição das águas dos rios pelos governantes, cantada por Jazi Oliveira, que acompanha e coordena a banda de crianças.

A apresentação faz parte de uma feirinha organizada pelo Memorial Casa Professora Maria Sueli Rodrigues.

O Museu de Resistência da Boa Esperança, fica ao lado da praça, foi criado em 2015, comandado pela Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa, como uma tática de resistência às ameaças de desterritorialização e apagamento. Adentrando o espaço, vemos além de um museu, uma casa, o local aspira aconchego. Ao entrar, várias plantas tomam a entrada, nas paredes há uma mistura de cores, com artes de vários artistas de Teresina que se solidarizam com a luta e memória da comunidade. No corredor há símbolos da religiosidade e espiritualidade da comunidade. Registros de pessoas da comunidade e momentos significativos estão por toda parte. Na entrada, amarelinhas desenhadas que lembram que o local já foi uma creche, foi abandonado e depois deu lugar ao museu, mas que ainda tem presença assídua das crianças da comunidade.

Jazi é uma das várias pessoas que cuidam da casa, a jovem de 27 anos começou a participar das atividades do museu em 2023, por meio da Maria Lúcia, coordenadora da casa. Jazi conheceu Lúcia pelo Whatsapp, conhecendo mais o trabalho de Lúcia e sua pessoa, Jazi foi visitar o museu. “Quando eu cheguei, as primeiras pessoas que me receberam foram as crianças que estavam aqui fora. Eu estava lá esperando e as crianças começaram a conversar comigo”, depois as crianças seriam o público com quem Jazi se interessou em trabalhar. De início, Jazi solicitou a Lúcia a permissão para ensinar as crianças a tocarem pife, um tipo de flauta que ela dominava. Mas quando Lúcia descobriu que Jazi também era brincante de boi, ela pediu de imediato para Jazi mostrar a prática para as crianças. “A gente montou um grupo chamado Brilho das Águas, que é um grupo musical daqui do museu na época. Em 2024 foi de fato, fizemos o bozinho mesmo com bastante empenho”, conta. Caminhando pela casa, Jazi mostra conhecer cada peça disponível no museu. Ao apontar para um objeto, conta de onde veio, o significado, a importância de aquele objeto estar preservado ali.



A própria comunidade ajudou na construção de acervo doando objetos simbólicos.



Museu da Boa Esperança. Foto: Pablllo Magalhães

A casa leva o nome de uma mulher, Maria Sueli Rodrigues de Sousa. Professora, mãe, feminista, militante, pesquisadora, escritora, socioambientalista e atuante em comunidade quilombolas. Maria Sueli foi importante para luta dos direitos e resistência negra, desenvolveu pesquisas na área de gênero com enfoque nas populações tradicionais, direito e relações raciais, ensino jurídico crítico, entre outros. Era companheira de militância e amiga de Lúcia. “A Sueli era como se ela fosse uma irmã para mim, uma pessoa que era uma pós-doutora, mas ela sentava aqui, chegava na comunidade, botava a saia entre as pernas e trazia as mulheres para conversar com ela”, relembra Lúcia. Sueli também foi voz ativa na comunidade auxiliando na articulação da luta dos moradores, levando seus ensinamentos por meio de roda de conversas, principalmente com mulheres.

“O pensamento dela é tão vivo aqui dentro dessa casa que você pode ver a Sueli. Ela gostava muito de encher a casa dela de mulheres”. Maria Sueli ancestralizou para virar ancestral, a pesquisadora faleceu em 2022 aos 58 anos por complicações da esclerose lateral amiotrófica. Mas seu legado foi firmado e seus saberes e práticas na defesa dos direitos humanos e na defesa dos territórios resistem e ecoam.



Acervo do Museu da Boa Esperança. Foto: Pablllo Magalhães

A feirinha além da apresentação do Boi Mimo tinha outro propósito, era a finalização de um curso de produção de biojóias destinado para as mulheres da comunidade. As mulheres faziam a exposição e o comércio de suas peças feitas de materiais naturais e orgânicos, como sementes e fibras.

A ideia é promover a geração de renda para a comunidade e valorizar a cultura e o conhecimento tradicional. Maria da Conceição Severino, de 55 anos, foi uma das alunas do curso, ela conta que já produzia biojóias, mas lhe faltava um refinamento em seu trabalho, o curso calhou.

“É uma oportunidade para gente, abre as portas de trabalho porque eu já fazia, não era aquela pessoa que sabia fazer bem feito essas peças bonitas como essas aqui e eu sempre queria aprender a fazer. Eu tive essa oportunidade na casa da Maria Sueli e eu tô muito feliz”, conta Maria. A coordenação do museu pretende trazer outros cursos do tipo para os moradores.

Em 2024, o museu inaugurou sua biblioteca, Entre Rios. A proposta do local é que a própria comunidade proponha as atividades para o espaço, que deve servir de local de produção de conhecimento, encontro e fortalecimento de narrativas contracoloniais. O museu ainda conta com a sua “versão” virtual, que apresenta a história, a memória e a luta da comunidade. O site reúne mídias digitais, como fotos, vídeos, histórias de vida, ensaios, exposições e produções audiovisuais, além de notícias, campanhas de apoio e um convite para engajamento na defesa do Quilombo Urbano da Boa Esperança.

O museu é vivo, sempre tem pessoas da comunidade vivenciando atividades internas. A ancestralidade é algo maior que vivenciar apenas o passado, tem a ver com o sentimento de pertencimento, inclusão e conexão com um povo. O museu preserva esta memória, que lembra que a comunidade preserva uma memória viva através dos moradores e cuida para manter esta tradição nas próximas gerações.



Sob o manto das águas: os festejos de São Pedro como patrimônio vivo do povo ribeirinho

Por Bruna Spíndola

O bairro Poty Velho, à beira do encontro das águas do Poti e do Parnaíba, é mais que um ponto geográfico em Teresina: é o berço da cidade. Ali, antes mesmo de Teresina nascer, pescadores, oleiros e agricultores levantavam suas casas de barro, moldavam a argila em potes e redesenhavam, dia após dia, sua sobrevivência a partir do rio. No compasso das águas, o bairro cresceu, carregando consigo uma identidade que atravessa gerações.



Imagem de São Pedro. Foto: Pascom PNSPS

O bairro Poty Velho, à beira do encontro das águas do Poti e do Parnaíba, é mais que um ponto geográfico em Teresina: é o berço da cidade. Ali, antes mesmo de Teresina nascer, pescadores, oleiros e agricultores levantavam suas casas de barro, moldavam a argila em potes e redesenhavam, dia após dia, sua sobrevivência a partir do rio. No compasso das águas, o bairro cresceu, carregando consigo uma identidade que atravessa gerações.

Foi natural que, em meio à vida ribeirinha, o povo encontrasse em São Pedro o seu guardião. O apóstolo pescador, que largou as redes para seguir Jesus, encontrou no Poty Velho devotos que enxergam nele não apenas um santo distante, mas um espelho de suas próprias vidas: homens e mulheres que tiram do rio o sustento, enfrentam correntezas, mas também celebram na partilha.

Assim nasceram os festejos de São Pedro no Poty Velho, há mais de setenta anos. Hoje reconhecidos como patrimônio cultural imaterial do Piauí e de Teresina, os festejos não são apenas uma celebração religiosa: são um retrato vivo da cultura, da memória e da fé que moldam a identidade do bairro.

Na última semana de junho, as ruas estreitas se enchem de barracas de comidas típicas, os cheiros de peixe frito e piabinha se misturam ao barulho das sanfonas e das vozes que rezam a novena. O auge vem no dia 29: de manhã, a missa no Pesqueirinho; à tarde, a carreata até o cais do late Clube; depois, a procissão fluvial, quando a imagem de São Pedro percorre o rio em barcos enfeitados. É nesse instante que a fé e a paisagem se fundem, e o rio, de cenário, vira altar.



Carreata até o cais do late Clube. Foto: Pascom PNSPS

O padre Arthur França, responsável pela celebração eucarística, descreve:

“O festejo de São Pedro no Poty Velho tem uma ligação muito forte com a identidade do povo porque une fé, tradição e vida cotidiana. É mais do que religião: é a própria história desse povo que vive do rio e encontra em São Pedro o protetor de sua jornada.”



Dona Maria Paz, aposentada e ministra da eucaristia, descobriu em São Pedro mais do que um santo, mas um fio que costura família e destino:

“Minha primeira participação foi em 1987, quando uma vizinha me chamou. Naquele dia comecei a namorar o homem que hoje é meu marido. Desde então, nunca mais faltei. A festa é tradição de toda a família. Até na pandemia, quando a missa foi só com o padre Chagas, transmitida pela internet, a imagem de São Pedro percorria as casas da comunidade. Foi triste, perdemos pessoas para a COVID, mas a fé manteve a chama acesa.”

Para Maria do Amparo, coordenadora das equipes de apoio do festejo, o evento é tão vital quanto o rio:

“Minha filha nasceu no dia 30 de junho de 1979. Passei o dia 29 em dores de parto, mas ainda assim cozinhava e recebia parentes em casa para a festa. São Pedro sempre esteve no coração das famílias daqui. Antes, tínhamos Bumba-meu-boi, quadrilhas, competições de natação no rio. Hoje, continua a mesma devoção fervorosa, a mesma alegria nas novenas e na procissão fluvial. O festejo é cultura, fé e encontro de gerações.”



Missa do Festejo de São Pedro. Foto: Pascom PNSP

Já Eliane Mendes, moradora do bairro, carrega na memória o legado do pai pescador:

“Comecei a ir porque meu pai era pescador, como São Pedro. Ele nos levava desde pequenos. Para nós, o festejo é mais que religião: é parte da vida. Lembro quando a igreja fechou por causa de brigas internas e disseram que não haveria festejo. Mas a fé do povo foi maior: a festa aconteceu do lado de fora, com outra imagem do santo. Isso mostra como a tradição está dentro da gente, antes mesmo de aprender a falar.”



Para nós, o festejo é mais que religião: é parte da vida”

– Eliane Mendes

Os festejos de São Pedro no Poty Velho são uma síntese: do rio que alimenta, da fé que atravessa gerações. O evento mobiliza fiéis, moradores de outras regiões de Teresina, turistas, artesãos e comerciantes. Garante renda para muitas famílias, mas, acima de tudo, reafirma a identidade de um dos bairros mais antigos da capital piauiense.

E no fim da procissão, quando a imagem de São Pedro desembarca do barco, carregada entre flores e promessas, percebe-se que a festa não se encerra ali. Ela segue no rastro da memória, na fé que se renova a cada junho, no elo invisível que une o povo ao santo pescador.

No Poty Velho, São Pedro não é apenas padroeiro: é vizinho de cada casa, guardião do rio e testemunha de uma história que não se apaga.

Os festejos do santo atraem pessoas de diferentes crenças, revelando que, apesar de suas raízes religiosas, a celebração também é uma expressão cultural que traduz a identidade de um povo. Mais do que uma festa, é a afirmação da história, da cultura e do amor pelo Poty Velho, berço de Teresina e guardião de tantas gerações que cresceram e crescem às margens do rio.

Por essa razão, em 30 de julho de 2025, os festejos foram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial de Teresina e, em seguida, no dia 22 de agosto, receberam o mesmo título em nível estadual, tornando-se patrimônio cultural imaterial do Piauí. Reconhecimentos que, ainda que simbólicos, eternizam a certeza de que a cultura se faz presente em todos os cantos, sobretudo nas águas que embalam a fé e sustentam a memória viva do povo ribeirinho. Mais do que uma festa, é a afirmação da história, da cultura e do amor pelo Poty Velho, berço de Teresina e guardião de tantas gerações que cresceram e crescem às margens do rio.

Por essa razão, em 30 de julho de 2025, os festejos foram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial de Teresina e, em seguida, no dia 22 de agosto, receberam o mesmo título em nível estadual, tornando-se patrimônio cultural imaterial do Piauí. Reconhecimentos que, ainda que simbólicos, eternizam a certeza de que a cultura se faz presente em todos os cantos, sobretudo nas águas que embalam a fé e sustentam a memória viva do povo ribeirinho.



Balé afro em Teresina: quando a dança vira identidade

Por Arnaldo Bruno Gomes



Alunos do Balé Afro do Piauí. Foto: Arnaldo Bruno Gomes

O som ritmado quebra o silêncio de uma manhã em Teresina. No pátio, crianças chegam apressadas, ajeitam as roupas coloridas e ocupam o espaço de cimento como se fosse palco. Não há cortinas nem refletores, mas os olhos atentos e os passos descompassados dão início a uma cena que se repete em diferentes bairros da cidade. É a oficina de dança do Balé Afro, projeto conduzido pelo Grupo Afoxá, que chega aos 30 anos reafirmando o compromisso de unir cultura, educação e ancestralidade.

Entre as alunas, está Thais Campos, de 17 anos, que viu na dança uma oportunidade de mudar de vida. Antes de conhecer o projeto, ela conta que era tímida e insegura, e raramente participava de atividades culturais. Tudo começou quando uma amiga a convidou para assistir a uma aula do Balé Afro no bairro onde mora. “Fiquei encantada com a energia, com o jeito que o professor falava e com a força das danças. Voltei na semana seguinte e nunca mais parei”, diz.

Hoje, Thais participa das apresentações e ajuda a ensinar as crianças menores. Para ela, o balé afro representa mais do que um espaço de aprendizado, é um lugar de acolhimento e descoberta. “Aqui eu aprendi a ter confiança, a valorizar minha cor, minha história e minhas origens. Me sinto parte de algo maior.” A experiência de Thais ilustra o impacto do projeto na vida de jovens que, como ela, encontram na arte um caminho de expressão e pertencimento.

As aulas são conduzidas pelo Balé Afro do Piauí, criado em 2023 dentro do próprio grupo. Mas quem observa percebe que não se trata apenas de coreografias.

A cada gesto, há uma memória que se atualiza. “A partir das danças afro-brasileiras, espero que os alunos compreendam que esses movimentos acontecem na vida real”, explica o professor Caio Estrela. Ele conduz os ensaios com energia, parando aqui e ali para corrigir um braço, alinhar um passo, retomar o ritmo. “A dança, e a arte em geral, é estratégia e possibilidade de vida. Afinal, dançamos antes mesmo de caminhar. Isso é fundamental para a nossa existência humana.”



Alunos do Balé Afro do Piauí. Foto: Arnaldo Bruno Gomes.

As palavras de Caio se refletem em sua própria trajetória. Ele lembra que foi em projetos sociais que descobriu a dança, e que a experiência coletiva moldou sua visão de mundo. “Cresci com a arte nesses espaços, vivi uma dança preocupada em distribuir aprendizado. Estar aqui hoje, repassando o que aprendi, sendo visto e inspirando jovens e até pessoas mais velhas, é vital. É gratificante devolver ao mundo aquilo que me transformou.”

A cada pausa da música, é possível ouvir o som das crianças rindo, tentando repetir os passos. Algumas mães acompanham da lateral da sala, celulares em punho, registrando o esforço dos filhos. Entre elas está Francisca Eryka Alencar, que observa atentamente a filha. Para ela, a oficina vai muito além do exercício físico. “Minha filha já cresce com um olhar desmistificado sobre as danças e culturas de origem africana. Aprende que nossa identidade se construiu em grande parte com elementos vindos da África. E tudo isso acontece de forma leve, natural, durante a oficina.” O impacto é visível. Para além dos passos, as crianças assimilam valores de coletividade e reconhecimento. O grupo funciona como ponto de encontro, espaço de convivência e, sobretudo, território de resistência. A membra do Afoxá, Alzirarriza Gama, reforça o objetivo dizendo que “nosso compromisso é unir a cultura à educação e promover a arte afroreferenciada por todo o Piauí.” Ela mesma vive essa transformação: começou acompanhando a irmã nas apresentações

do grupo, e foi ali, observando os ensaios e a força das danças, que se encantou pelo balé afro. Com o tempo, passou a participar das atividades e hoje atua na coordenação das oficinas. “O balé afro me ensinou a enxergar o valor da nossa ancestralidade e me deu força para ocupar espaços onde antes eu não me via representada”, conta. Para Alzirarriza, ver novas gerações aprendendo e se reconhecendo na dança é o maior símbolo da continuidade dessa história.

Fundado em 1994, o Afoxá nasceu com a missão de valorizar a cultura negra no Piauí, e desde então se consolidou como referência ao promover música, dança e educação popular inspiradas na herança africana. Para marcar três décadas de história, o grupo decidiu expandir as atividades, oferecendo oficinas gratuitas em cinco regiões de Teresina, do Grande Dirceu à Santa Maria das Vassouras, passando por bairros do Norte, Sul e Sudeste. A ideia é descentralizar o acesso à arte e abrir espaço para todas as idades.

O desafio é grande, mas o Afoxá já provou sua capacidade de atravessar gerações. Nas oficinas, jovens dançam ao lado de adultos, e não há distinção entre iniciantes e veteranos. A proposta é que todos aprendam juntos, numa roda que se amplia a cada novo encontro. Os bairros de Teresina se tornam palco, e o balé afro ganha a dimensão de política cultural. Celebrar 30 anos significa, para o grupo, reafirmar uma história de resistência.

Não se trata apenas de preservar tradições, mas de projetar o futuro.

A cada som, renova-se a certeza de que a dança é uma linguagem de identidade. No improviso dos corpos, no esforço dos aprendizes, na emoção das famílias, há mais do que passos coreografados: há memória em movimento. E assim, entre giros, palmas e cantos, a oficina termina.

As crianças se dispersam pelo pátio, ainda suadas, e as mães recolhem as mochilas. O chão de cimento volta a ser apenas chão, mas os ecos da manhã permanecem. Em Teresina, o Balé Afro mostra que dançar não é apenas ocupar o espaço: é transformá-lo em possibilidade de futuro.

“Guardiões do Poty”: entre redes e aguapés, há uma luta por preservação e subsistência

Por Vitória Coutinho

O nome Poti vem do tupi-guarani e significa “camarão”, mas em Teresina, capital do Piauí, tornou-se o nome do rio que corta a cidade. O saudoso Rio Poti percorre um longo trecho do território piauiense, de leste a oeste, desde a Serra da Ibiapaba, no Ceará, até desaguar no Piauí, se encontrando com o Rio Parnaíba. Ao longo de sua existência e sobrevivência, tornou-se fonte de vida, história e sustento para inúmeras famílias.



Vista do Rio Poti em Teresina pela Ponte da Primavera
(Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

Com o crescimento da capital, o formoso Poti passou a sofrer em diversos trechos: a poluição e o acúmulo de lixo e esgoto comprometem seu curso e sua paisagem. Nesse cenário, proliferam os aguapés, pequenas plantas aquáticas que se multiplicam à medida que os poluentes na água aumentam.

Embora funcionem como filtros naturais, eles acabam reduzindo a oxigenação da água, como explica o biólogo Ribamar Rocha. “A relação dos aguapés com o rio é complexa. Essas plantas flutuantes ajudam a filtrar a água, mas, nos trechos urbanos, o esgoto sem tratamento fornece matéria orgânica em excesso, o que acelera o crescimento dos aguapés. Em pouco tempo, eles cobrem a superfície do rio, dificultam a oxigenação, prejudicam a vida aquática e atrapalham a pesca e a navegação. O controle só é possível com tratamento de esgoto e evitando o descarte de lixo no rio”, ressaltou o biólogo.

Em vários trechos, os aguapés chegam a cobrir quase toda a superfície do rio, dificultando a vida de quem dele depende para sobreviver, como é o caso dos pescadores do Rio Poti. Atualmente conhecidos como “Guardiões do Rio Poty”, eles não apenas lançam suas redes em busca de sustento, mas também se dedicam a retirar os aguapés, realizando um trabalho de limpeza sem qualquer apoio do poder público. O grupo conta com cerca de 25 pescadores que se dedicam a arrancar as plantas para tentar preservar a saúde e a beleza do rio, e, junto com elas, a fonte de sustento de suas famílias.

“O pescador e líder do grupo, José Francisco Silva, mais conhecido como “Quarenta”, conta que o grupo há anos vem realizando ações, mas o termo “Guardiões” só surgiu no ano passado: “Nós já cuidávamos do rio antes mesmo do nome existir. Recolhíamos lixo e combatíamos os aguapés, que bloqueiam a navegação e dificultam a pesca. Em 2024, fizemos mutirões em maio e agosto e conseguimos controlar a proliferação das plantas. O nome “Guardiões do Rio Poty” surgiu após essas ações, mas o trabalho de proteger e cuidar do rio já acontecia há anos”, afirmou o pescador.



Quarenta é pescador desde 2004 e há um ano lidera o grupo
(Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

A dedicação e o esforço de Quarenta e dos demais pescadores tornaram-se um símbolo da luta pela preservação do rio e pela manutenção da vida de quem depende dele. “A qualidade da água impacta diretamente nosso trabalho. Nosso pescado vem do rio, então, quando os esgotos são despejados sem tratamento, a água se contamina e as pessoas deixam de consumir o peixe, comprometendo nossa renda.

Por isso, os Guardiões se dedicam a conscientizar sobre a importância do tratamento dos esgotos. Quando há tratamento adequado, sentimos na prática a melhoria da água e, consequentemente, do nosso trabalho”, destacou Quarenta.

Banhando o Piauí, o rio que corta Teresina hoje se vê coberto em certos trechos por um campo de aguapés, cuja proliferação desperta olhares atentos e cobranças da população por providências. Segundo Daniel Marçal, Diretor de Mudanças Climáticas da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado (SEMARH), esse fenômeno se repete a cada ano, alimentado por fatores que favorecem o surgimento e a expansão dessas plantas.

“A proliferação de aguapés é cíclica e acontece especialmente no período mais quente e seco, entre agosto e outubro. O principal fator é o lançamento de esgoto doméstico não tratado e de efluentes clandestinos. Cabe à Prefeitura, por meio da SEMAM, e à Águas de Teresina, atuar na retirada e mitigação do problema, enquanto a SEMARH realiza o monitoramento da qualidade da água, fiscaliza lançamentos irregulares e desenvolve ações de educação ambiental junto às comunidades ribeirinhas”, explicou o diretor.

Diante da alta proliferação, Quarenta ressaltou que o grupo realiza a limpeza por conta própria, sem apoio do poder público e afirmou que já buscou ajuda, mas não obteve retorno. À medida que os aguapés ocupam cada vez mais espaço nos rios Poti e Parnaíba, a situação motivou o Ministério Público Federal (MPF) a acionar a Águas de Teresina e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) em busca de soluções conjuntas para amenizar o problema.

Procurada, a SEMAM optou por se manifestar apenas por nota. A secretaria reafirmou seu compromisso com a limpeza e a prevenção da proliferação de aguapés nos rios Poti e Parnaíba, em cumprimento ao acordo homologado pela Justiça Federal. Segundo a nota, as ações incluem a remoção da biomassa, fiscalização integrada para coibir o lançamento irregular de esgoto e resíduos sólidos, campanhas educativas junto à população e incentivo à conexão de imóveis à rede de esgotamento sanitário.

A empresa ainda destacou que a participação da população, junto a parceiros como a Águas de Teresina e os pescadores locais, é fundamental para o sucesso das medidas. As iniciativas visam não apenas reduzir o problema imediato, mas também promover a preservação ambiental e melhorar de forma contínua a qualidade da água nos rios da cidade.

Também por meio de nota, a Águas de Teresina esclareceu que atua como terceiro interessado no acordo firmado entre o Ministério Público Federal, o Governo do Estado e a Agespisa, colaborando nas ações de prevenção da proliferação de aguapés em Teresina. A empresa destacou que o surgimento dessas plantas é um fenômeno natural, ligado ao excesso de nutrientes na água, e não à operação da subconcessionária, que trata cerca de 40 milhões de litros de esgoto por dia, atendendo 59% da população da capital.

A concessionária reafirmou seu compromisso com a preservação ambiental, a saúde da população e a importância de que os moradores conectem seus imóveis à rede de esgoto para manter os rios limpos e garantir mais qualidade de vida.

E é diante desse cenário, rio abaixo, rio arriba, que o Poti corre carregando histórias de trabalho, luta e resistência. Como a de Francisco das Chagas, pescador há 33 anos e integrante dos “Guardiões do Rio Poty”, que afirmou que está cada vez mais difícil continuar pescando. “Tem muita água presa, e está cada vez mais difícil manter nosso trabalho. Vamos ver se esse pessoal ajuda a remover parte desses matos, porque do jeito que está, em pouco tempo não conseguiremos continuar.

Muitas vezes, ao passar pelo rio, os aguapés acabam enganchando na canoa e precisamos desenganchá-los para seguir com a pesca. Também é necessário mergulhar para retirar as plantas presas nas árvores e nas margens do rio. Em alguns trechos, a água presa já está praticamente coberta. Tudo depende da nossa ação, pois o poder público até agora nunca resolveu nada”, ressaltou o pescador.



Entre memórias e aguapés, preservar o Poti é garantir sobrevivência e subsistência (Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

É da coragem de quem se lança nas águas e enfrenta o sol escaldante da capital que o rio continua a correr, pulsar e encantar. Lázaro Costa, presidente da União dos Pescadores do Piauí, ressaltou a importância da ação e lembrou que a iniciativa é sustentada pelos próprios pescadores, que dão vida ao rio com suas mãos e seu compromisso.

“Essa é uma ação só dos pescadores; o poder público não ajuda em nada. Todo o trabalho, incluindo combustível e manutenção dos equipamentos, é bancado por eles mesmos.

São os próprios pescadores que estão limpando o rio, sem apoio do estado ou do município. É um sentimento misto de revolta pela falta de atenção do poder público e de orgulho em ver a determinação desses pescadores, que seguem trabalhando sozinhos para manter o rio limpo”, afirmou Lázaro.

Mesmo com tantas dificuldades, os pescadores continuam, com seus próprios recursos, lutando para salvar o rio que carrega o nome de camarão e encanta pela beleza e grandiosidade. No coração de Teresina, a cidade verde menina, é preocupante ver o Rio Poti sendo tomado pelos aguapés, comprometendo a oxigenação da água e prejudicando a vida de quem nele vive e dele sobrevive. SOS Rio Poti!



Luiz: pescador e integrante dos Guardiões (Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

Um pedaço da África no Piauí

Histórias, músicas, e a cultura de um povo rico de ancestralidades

Por Daniel Oliveira

Nos dias atuais, falar da história do povo negro está ficando tão fácil como virar uma página daquele livro que foi comprado, mas fingem que ele não existe, pois o dono não gostou do enredo. Aquela história em que o preto mostra que, mesmo sendo sequestrado de seu lugar, doutrinado a esquecer suas raízes, costumes e arranca de seu coração a felicidade de estar entre os seus. Onde ele se depara com um lugar estranho e, pela primeira vez, soube o que era ser negro, sofrer as piores atrocidades pela simples diferença da sua cor.

Em seu continente, um dia foi rei, rainha e, para esses, existiam médicos, parceiros de cientista, matemáticos e estudiosos das mais diversas artes, pois foi “em África” que muitos desses ofícios tiveram sua origem. Contudo, o egoísmo europeu branco roubou todo o protagonismo africano.

Durante os mais de 500 anos de violência contra a população negra, centenas de milhares de vítimas foram mandadas para longe e feitas de escravos para atender aos caprichos de outros povos medíocres da própria cultura. Um dos destinos mais frequentes dos escravizados era o Brasil e, uma vez nele, eram destinados aos estados como mercadorias.

Um deles se chama Piauí, em especial na cidade de Oeiras, a primeira capital do estado. O município que tem a maior população negra do Piauí.

É aqui que se encontra uma das mais ricas histórias sobre a comunidade negra nordestina, mas especificamente em um local chamado Rosário, onde a cultura se mistura à religião e as lendas são passadas de pais para filhos. O Rosário surge por um movimento de ocupação de espaço pelos padres jesuítas, em virtude da administração colonial. Localizado em um dos pontos mais altos de Oeiras e longe do centro do povoado, era composto majoritariamente por pessoas de pele escura, tidas como escória e excluídas do resto da sociedade.

Em 1762, João Pereira Caldas, primeiro governador do Piauí, mandou fazer um censo. Como resultado, apresentou o Rosário já como um bairro que continha 61 moradores, misturados entre aqueles que sentiam o sabor de sua alforria, os que ainda amargam a dor da escravidão, todos alocados em 13 construções pelo local. O florescer daquela região se deu pela imposição de três perspectivas: a raça considerada inferior, os gêneros, pois ali a maioria eram mulheres negras que jamais estariam no mesmo nível de uma madame da elite e, por fim, a classe também era motivo para exclusão.

Visto que ali era um espaço demarcado por pobreza, tanto de bens como de brilho nos olhos de quem sabia que não estava vivendo e sim sobrevivendo.

No centro do bairro, foi erguida a igreja de Nossa Senhora do Rosário, com mão de obra de escravos e indígenas, orientados por padres jesuítas, mas não entenda isso como se os jesuítas tivessem a construído, não, eles apenas deram as orientações aos negros e índios que ali viviam. Isso se percebe quando se observam as estruturas, a matéria-prima usada, pedras pesadíssimas colocadas milimetricamente uma a uma, por mãos de homens pretos, pois só eles tinham a capacidade e a força para fazer tal feito. No interior da igreja, encontram-se assentos de madeira ainda de modelo bem antigo, paredes brancas com janelas azuis. Em volta de todo o altar, são encontradas estruturas de madeira pintadas de um azul esverdeado com detalhes dourados e, no teto, lustres para abrilhantar ainda mais a beleza do local.

A igreja de devoção negra, que tem como sua padroeira Nossa Senhora do Rosário. São Benedito e São Sebastião são outros santos cultuados pela comunidade da Cidade Alta (apelido dado ao local devido a estar localizado em cima de um morro).

Existe um grande questionamento sobre qual ponto religioso teria sido levantado primeiro.



Igreja de N.S. do Rosário. Foto: Daniel Oliveira

“A história diz que o templo religioso mais antigo do estado do Piauí é a matriz de Nossa Senhora da Vitória, localizada aqui no centro de Oeiras. Mas já há historiadores mais contemporâneos que divergem em dizer que o templo dedicado à Nossa Senhora do Rosário teria começado a ser construído em 1711 e teria sido concluído antes de 1733. Se isso é verdade, nós podemos afirmar que a Igreja do Rosário era mais antiga, uma vez que a matriz de Nossa Senhora da Vitória é um templo datado de 1733”, comenta o historiador Emanuel Vital, um dos guardiões da cultura oeirense. Esse questionamento talvez perdure pela eternidade; nada foi documentado. “O fato é que não há um registro histórico oficial, pelo menos até o momento, que consiga comprovar de maneira cabal tal situação. No entanto, há historiadores que afirmam que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é a mais antiga.

Assim sendo, nós podemos dizer que, se o primeiro templo religioso foi erguido aqui na Cidade Alta do Rosário, não é verdade afirmar que a cidade de Oeiras, o primeiro núcleo populacional do estado do Piauí, teria começado no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Vitória. E sim, no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário”, completa Emanuel Vital.

Para muitos, essa dúvida só existe porque a cidade não poderia ter surgido em volta de um espaço composto em sua maioria por indivíduos de pele escura, marginalizados e de classe inferior. Não, a eclosão do povoado tinha de ser ao redor de uma igreja de devoção branca, na cidade baixa, onde os ricos e poderosos viviam, pois os povos jamais poderiam se misturar, porque a mistura mancharia a reputação dos que realmente tinham “fé em Deus”, uma fé que oprimia, roubava sonhos e até vidas.

Durante muito tempo, residir no rosário foi morar em um local distante, uma zona de exclusão e um lugar à margem. Mas as décadas foram passando. E o povo começou a levantar a cabeça, assimilando a sua negritude, até que olharam para dentro e viram um tesouro único e inegociável. Então as vozes se levantaram dizendo que eram pessoas importantes, tanto quanto os demais, mesmo sendo resumidos ao mais desprezível ser vivente. Com isso, o Rosário foi se sobressaindo em tudo que se possa imaginar, na cultura religiosa, artesanato, música, entre outros aspectos marcantes.

“E eu sempre gosto de dizer que o rosário é o coração vibrante de Oeiras. Não se pode falar em nada em Oeiras sem, antes, pensar o Rosário como sendo aquele local primeiro, e o povo do Rosário se orgulha muito hoje em dizer que é do Rosário. Um dia nós simplesmente fomos tratados como negros do Rosário, de maneira pejorativa, mesmo. E hoje, quando você diz, abre a boca e diz que é um negro do rosário, isso flui assim de uma maneira muito natural e a gente fala de maneira muito orgulhosa. Por tudo que esse lugar é uma terra sagrada por toda a nossa ancestralidade”, ressalta o professor Emanuel Vital.

Riqueza histórica do Rosário dos Pretos

Se um dia tiveres o prazer de conhecer a cidade de Oeiras, tens o dever de ir até ao Rosário e conhecer as suas histórias. Algumas delas, como as ruínas do que seria a sede do primeiro hospital de caridade do Piauí, que também estaria associado às construções do governo da época, por volta do século XVIII.

Uma das lendas mais famosas da cidade alta é sobre o “Pé de Deus e o Pé do Cão”, em que se conta que, nas andanças de Jesus pela terra, deixou a marca de um de seus pés em uma rocha. A mesma lenda diz que Jesus estava sendo perseguido por Satanás e que também deixará a sua marca, intitulada de Cão. No entanto, no local da suposta marca, do inimigo de Jesus, não consegue ver nada mais do que um monte de pedras,

pois a lenda relata que todos que passam por ali jogam uma pedra naquele lugar, como forma de repudiar a figura maligna.

Na mesma rocha, os devotos passam pelo pé de Deus, fazem uma oração e acendem uma vela. Esse conto é secularmente passado de geração em geração e se tornou um ponto turístico bastante visitado por turistas do Piauí, do Brasil e do mundo.



Pé do Cão. Foto: Daniel Oliveira

Próximo às marcas do Pé de Deus e Pé do Cão, está outro ponto histórico importante para os moradores do Rosário. A Casa da Pólvora, uma construção datada do século XIX, quando Oeiras ainda era a capital da província do Piauí. O local serviu como um instrumento militar, em que a pólvora do estado era feita e posteriormente usada como material bélico. Ao entrar na casa, observa-se que existem alguns furos no chão, o chão rústico feito na própria rocha; ali muitos negros deixaram seu sangue, suor e lágrimas em meio a tanto sofrimento. O edifício foi erguido sobre um lajeiro, uma rocha, feita completamente de pedras, com

argamassa feita de barro misturado com excrementos de animais, formou algo tão forte que está de pé até os dias atuais.

No interior do recinto, existe um canhão de guerra e, pela robustez daquela construção, afirma-se também que ela foi uma obra levantada por mão de obra escrava, em função de ter sido toda construída em pedras. Isso se confirma porque as paredes são formadas por muitas rochas de tamanho grande e, certamente, os escravos da época foram utilizados para erguer aquele instrumento.



Canhão da Casa da Pólvora. Foto: Daniel Oliveira

Hoje, em pleno século XXI, o espaço se tornou realmente um museu, sendo utilizado como espaço cultural, para a ministração de oficinas e exposições sobre a cultura do bairro e sobre a história de homens e mulheres negras que ajudaram a levar em frente a força de um povo guerreiro, fiel às suas raízes africanas e que jamais deixou a luz do bairro Rosário se apagar.

A casa da Pólvora é um ponto turístico bastante visitado em Oeiras e conhecido tanto no Piauí como em muitas partes do Brasil, a construção junto com a igreja de Nossa Senhora do Rosário são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Ser torneiro é uma profissão que poucos dominam com excelência, mas seu Albino Apolinário, de 80 anos, exercia a arte como ninguém. Filho de mãe solteira, ele nasceu e se criou no Rosário, frequentou pouco a escola, pois a necessidade o fez trabalhar desde cedo para ajudar em casa.

Mesmo trabalhando com um pouco de tudo, sustentou seus treze filhos no manuseio do barro, como torneiro (artesão). “Eu trabalho em todo tipo de coisa pesada. De cada coisa entendo um pouquinho. Agora, criei minha família mesmo foi no barro. Sou torneiro, em argila. Faço qualquer tipo de peça; se for redonda, sei fazer: pote, garrafa, alguidar, cabaça, cofre que acham difícil, todo fechadinho. Na minha casa, mas trabalhei em olarias. Trazia o barro das olarias aqui pra casa. Eu não me fixava numa coisa só, não. Eu largava pra ganhar mais um pouco. Mas o que eu fixei mesmo foi argila, que dava um dinheirinho melhor”, diz o artesão Albino Apolinário.

Os tornos eram feitos de madeira e a rotação do prato era impulsionada manualmente pelo ceramista, com as mãos ou os pés, e exigia esforço físico e habilidade no controle de velocidade do equipamento; contudo, existiam aqueles que trabalhavam na roça ou com lavagem de roupas, que era o ofício de sua mãe, dona Celecina.



Artesão Albino Apolinário. Foto: Daniel Oliveira

Como passou toda sua vida na região, seu Albino, viu o crescimento do Rosário de perto, fala como eram feitas as demarcações de terra pelas famílias, antigamente. “Naquele tempo aqui não tinha rua. Negócio de terra era assim: você chegava, demarcava daqui pra acolá, “isso aqui é meu”, pronto, ficava morando ali, fazia sua casa, ali era considerado como seu, você cercava. Muitos anos depois, parece que em 1982, acho que os nomes das ruas são daí pra cá”, afirma o veterano.

“Aqui tinha casas de palha, mas era pouca. As casas eram pequenas, mas eram de telha. Tinha de palha, mas era pouca. Tudo era pequenininho, mas a maioria era de telha. De alvenaria não, era feita de taipa: enfiava o barro na parede, botava uma pedra e um bolo de barro. Tinha casa de adobe, dessas poucas.

Nesse meio aqui, eu era menino, só tinha a Casa da Pólvora. Essas outras casas aí são novas — novas assim, sessenta anos [...] não tinha água encanada.

A água era apanhada no lugar por nome Olho D’água do Quartel. Lá mais embaixo tinha, tinha não, ainda hoje deve ter o olho d’água, mas deve estar entupido. E bem aqui onde hoje é desse menino de Luís Santos, tinha um lugar por nome Bica, tinha outro olho d’água lá. E subindo de cabeça acima, quase todas essas roças tinham olho d’água.

Os Congos de Oeiras

A dança dos congos é uma forma de louvação a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, figuras de devoção negra. De acordo com as histórias contadas na região, essa prática é composta por cantos, danças e encenações. Ela teria chegado à cidade de Oeiras, há cerca de 200 anos, junto aos negros que vieram com o primeiro governador-geral, João Pereira Caldas. E esses escravizados não podiam professar sua fé aos seus santos de devoção por conta da discriminação. Então, para burlar tais proibições, os negros passaram a se disfarçar, a se vestir com trajes femininos, a se pintar e, assim, conseguir professar sua fé de forma velada.

Na atualidade, os homens dançam fazendo memória a esse período da antiguidade; eles produzem roupas coloridas, chapéus bem adornados e se pintam com maquiagens. Com o palco arrumado, ali, eles dançam e louvam Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito. Para a tradição não se perder com o passar do tempo, foi criado o grupo folclórico “Congos de Oeiras”, dado esse nome muito provavelmente em homenagem aos africanos que vieram do Reino do Congo.



Congos de Oeiras. Foto: arquivo digital

Naquele tempo, chovia seis meses. Qualquer tempo, você cavava dois palmos já dava chão molhado, hoje você cava metros e metros... A água era pega em anca, em costa de jumento. Me lembro ainda de um pessoal que trabalhava nisso aí”, completa o artesão Albino Apolinário.

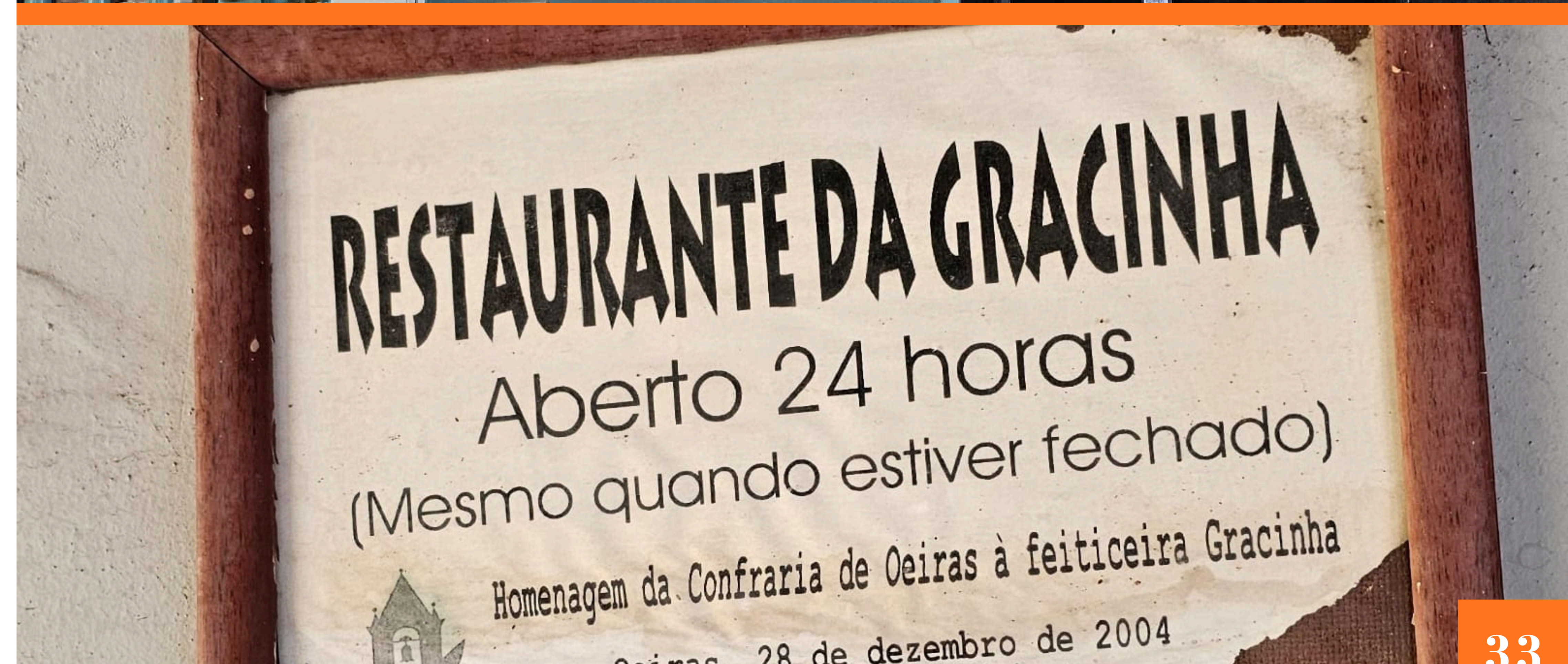
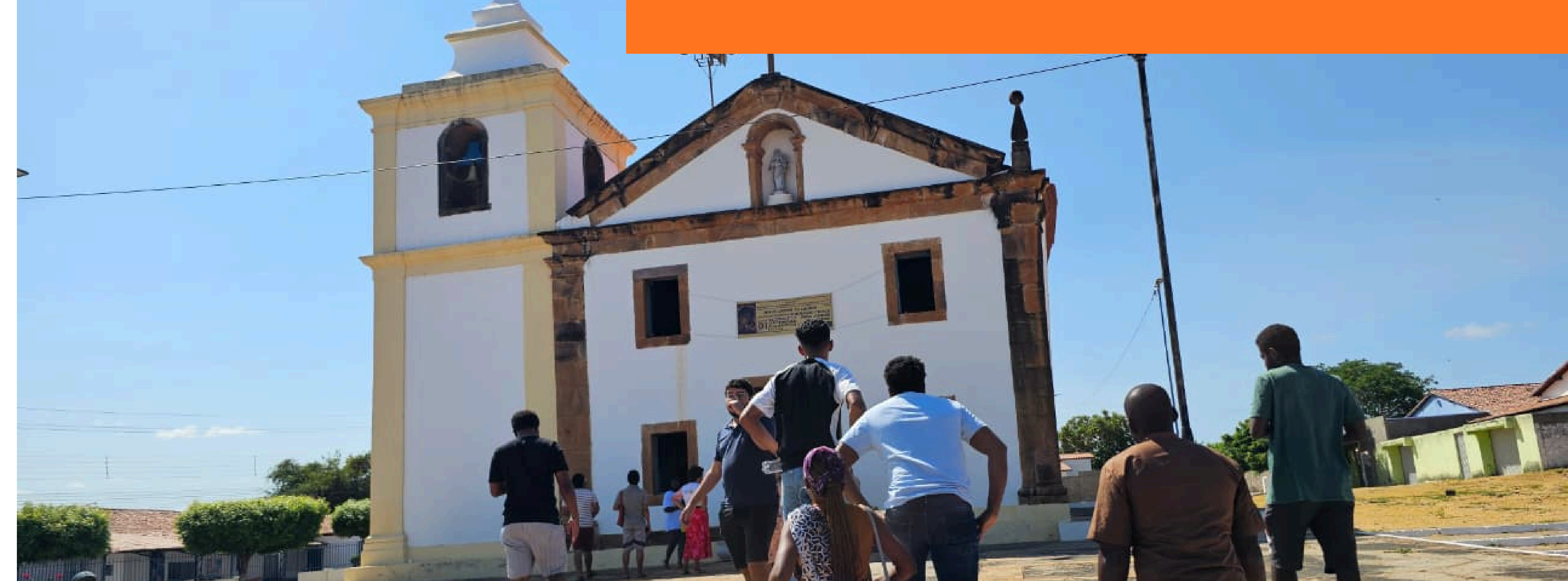
Os artistas oeirenses organizam atividades no estado do Piauí e participam de grandes festivais folclóricos em outras partes do país, como o Festival de Olímpia, em São Paulo. Em sua região, as datas mais marcantes de suas apresentações são nos dias 31 de outubro, em que é celebrada a festa da padroeira do bairro, Nossa Senhora do Rosário, e no mês de janeiro, na Festa de São Benedito, tradicionalmente realizada no patamar da Igreja do Rosário.

O Rosário não é simplesmente mais um bairro da cidade de Oeiras, ele é um ponto

histórico que guarda inúmeros tesouros em cada pequeno grão de areia, em cada sorriso, naqueles olhares que hoje brilham sem medo das opressões vividas por seus antepassados. Nesse local, hoje vive um povo repleto de encanto, cultura e amor pelos seus e pelos que chegam por lá, procurando um refúgio onde viver com alegria e paz, pois os cidadãos desse local jamais vão fechar as portas aos seus semelhantes.



Igreja de N.S. do Rosário. Foto: Daniel Oliveira



Benção dos Romeiros

Por João Pedro Luna

Foram se espremendo, se esgueirando entre as colunas. Qualquer canto que desse para enxergar, nem que por uma fresta, a imagem da Virgem das Dores. Entre sorrisos e lágrimas, um choro contido e silencioso se destacava na multidão. Os flashes que iluminavam outros rostos não eram capazes de distinguir aquela face das outras. Ali observava, sozinho, os vitrais coloridos que reluziam exatamente no sol do meio-dia e iluminavam os romeiros que vinham de todo o país. A Basílica Santuário Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, emanava uma energia diferente de qualquer outro lugar do mundo. Nem o mais descrente deixaria de admitir a sensação que existia naquele momento.



Missa em celebração aos 50 anos da Romaria de Picos, em Juazeiro do Norte. Foto: João Pedro Luna

“Vivi uma vida inteira para isso e no final só consigo me questionar: será que sou digno de tudo isso? O que um homem como eu fez para merecer uma tradição tão importante ligada ao meu nome?”, questiona José Néri de Sousa, aos 80 anos, fundador da romaria mais longeva do Piauí, que neste final de ano celebrou 50 anos de existência.

Iniciada em 1975, os Romeiros de Picos, Piauí, saem todo 30 de outubro em caravanas de ônibus, em milhares, e seguem até Canindé, no Ceará, onde amanhecem para rezar, pedir e agradecer à São Francisco das Chagas. Na mesma noite, seguem para Juazeiro do Norte, também no Ceará, também para pedir e agradecer, mas dessa vez, à Padim Ciço, como é carinhosamente conhecido o Padre Cícero, sacerdote fundador do município e figura emblemática no imaginário popular.

“Meu desejo sempre foi servir aos mais humildes e mais necessitados. Dei início à essa tradição com minha família quando era prefeito de Picos. Me pediam ajuda para ir até a estátua e pagar suas promessas. Eu sempre fui um homem de fé e, por isso, fizemos o impossível para levar o máximo de pessoas que podíamos até o horto”, explica o fundador.

Antigamente, décadas anteriores à sua proibição, os pau-de-araras e caminhões chegaram a totalizar 55 veículos ao todo em uma única edição.

Gerações inteiras de avós, pais e filhos continuam escrevendo capítulos importantes na história da romaria. Em 2025, mais de 1.600 pessoas saíram de Picos rumo ao Ceará.



José Néri rezando durante missa especial.
Foto: João Pedro Luna

“Tudo o que você planta aqui na terra, colhe lá no céu. Eu espero que seja digno de conseguir meu lugar lá no céu. Eu já fui o homem mais rico de Picos, já fui milionário. Hoje, moro de aluguel, não tenho carro, não tenho dinheiro, mas sou muito mais feliz do que era antes. Aprendi que é muito mais importante dar do que receber”, conclui o ex-prefeito.



Dona Maria Sueli estende o terço durante missa em Canindé. Foto: João Pedro Luna

Pessoalmente, acredito que não mereço nem metade das graças que recebo”, afirma Nerinho, deputado estadual e filho do fundador da Romaria de Picos.

Meses antes, a organização da romaria tem início na escolha dos coordenadores responsáveis por cada comunidade, na escolha de motoristas que levarão cada fiel e qual o tema selecionado para a edição. Um trabalho que não é feito do dia para noite. São décadas de experiência trazidas apenas pelas vivências ao longo dos anos.

“Já tivemos diversas situações durante todo esse tempo. São coisas que acontecem para que no ano seguinte estejamos mais preparados. Graças a Deus as condições, a qualidade do transporte, da alimentação e dos abrigos para os romeiros é melhor hoje em dia. Enquanto for possível, vamos seguir às 100, 150, 200 edições de romaria”, explica o deputado.



Missa em celebração aos 50 anos da Romaria de Picos, em Canindé. Foto: João Pedro Luna

Em frente à multidão, o sacerdote pede para que levantem aos céus seu pedido de bênção. Um pai ergue seu filho, uma criança ainda de fraldas. Um mar de cor marrom pode ser visto de cima pelo espírito dos finados que, em sua data, intercedem pelos que ainda estão aqui.

Uma presença serena com olhar confiante acompanha as canções em meio ao balançar de chapéus. O terço escorria pelos dedos assim como sua fé se espalhava pelo seu corpo. “Participo da romaria há muitos anos, cada vez é mais especial que a outra. Começou com minha mãe, que passou para mim, eu passei para meus filhos e assim por diante. Sou grata por estar aqui e receber a bênção todos os anos”, conta Dona Maria Sueli, romeira de carteirinha.

Os romeiros vão se despedindo da Virgem das Dores com a fé renovada e o coração mais leve. A igreja matriz vai se esvaziando e dando espaço para quem possui alguma pendência com Nossa Senhora e Padre

Cícero. No final da tarde, o movimento nas ruas diminui e, em comboio, os ônibus vão partindo com a esperança que no próximo ano possam percorrer as mesmas estradas mais uma vez.

Feirinhas pra que te quero

Por Maira Campos

Teresina, a capital do sol que arde e da alma que se abriga, encontrou nos finais de semana de 2025 o seu refrão mais terno. Longe do rugido dos motores da semana, a cidade tem trocado o concreto pela poesia, o comércio apressado pela celebração lenta do encontro. O que floresceu, de setembro a novembro, não foram apenas aglomerações de barracas, mas ecossistemas de sonho, onde o produto carregava a digital do criador e a praça, enfim, acolhia o povo.

Não se trata de uma moda passageira, mas de uma redescoberta profunda: as feiras de rua são a alma da cidade que se permite ser vista. Enquanto a majestosa Feira dos Municípios do Piauí (ocorrida no final de outubro) erguia um brinde à cooperação econômica do estado, eram os pequenos eventos que, domingo após domingo, costuravam o tecido social, transformando a venda em partilha, o preço em valor.

No Espaço Rosa dos Ventos, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Feirinha Verde desdobra-se como um tapete persa de intenções. Em um domingo de outubro, sob a copa das árvores que filtram o sol dourado, o ar se perfuma com a terra molhada das plantas orgânicas e o melaço do beiju. É um templo de bio-sustentabilidade e arte autoral que se nega a ser apenas um mercado.

Lá, os dedos de Dona Celina Teixeira, 58 anos, tecem mais do que feltro e linha; tecem pontes para o passado e futuro. Por trinta anos, ela navegou pela burocracia de um órgão público, presa à cadência dos relatórios e dos prazos. A aposentadoria, que para muitos é o palco do ócio, soou para ela como um vazio. Foi na terapia ocupacional, estimulada pela neta, que ela redescobriu a máquina de costura esquecida no canto da casa. A linha, que antes media o tempo do expediente, passou a costurar a pele e a alma das bonecas. "Eu sou uma dessas bonecas, sabe?", ela confessa, desviando o olhar para um cacto que ela mesma cultivou em um pequeno vaso. "Dura por fora, mas com água guardada dentro. O serviço me deixou rígida. A feira e o feltro me amoleceram. Eu comecei com cinco bonecas. Hoje, levo vinte por domingo e vendo quase todas."

O que ela vende não é apenas um brinquedo, mas um pedaço de tempo. O cliente pergunta: "Quanto tempo leva para fazer essa boneca?". Celina sorri: "Essa, meu filho? Leva três horas de costura, mas 58 anos de vida, para eu ter a paciência e a alma de costurá-la assim."

O sucesso de Celina ecoa a revolução na microeconomia. Para o sociólogo Dr. Elias Guimarães, pesquisador da UFPI, o fenômeno da Feirinha Verde é a prova de que o consumo de nicho pode ser mais potente que o de massa. "A Feirinha cria um círculo virtuoso. O dinheiro gasto ali volta para a comunidade, financia o artesanato, a agricultura familiar e o orgânico.

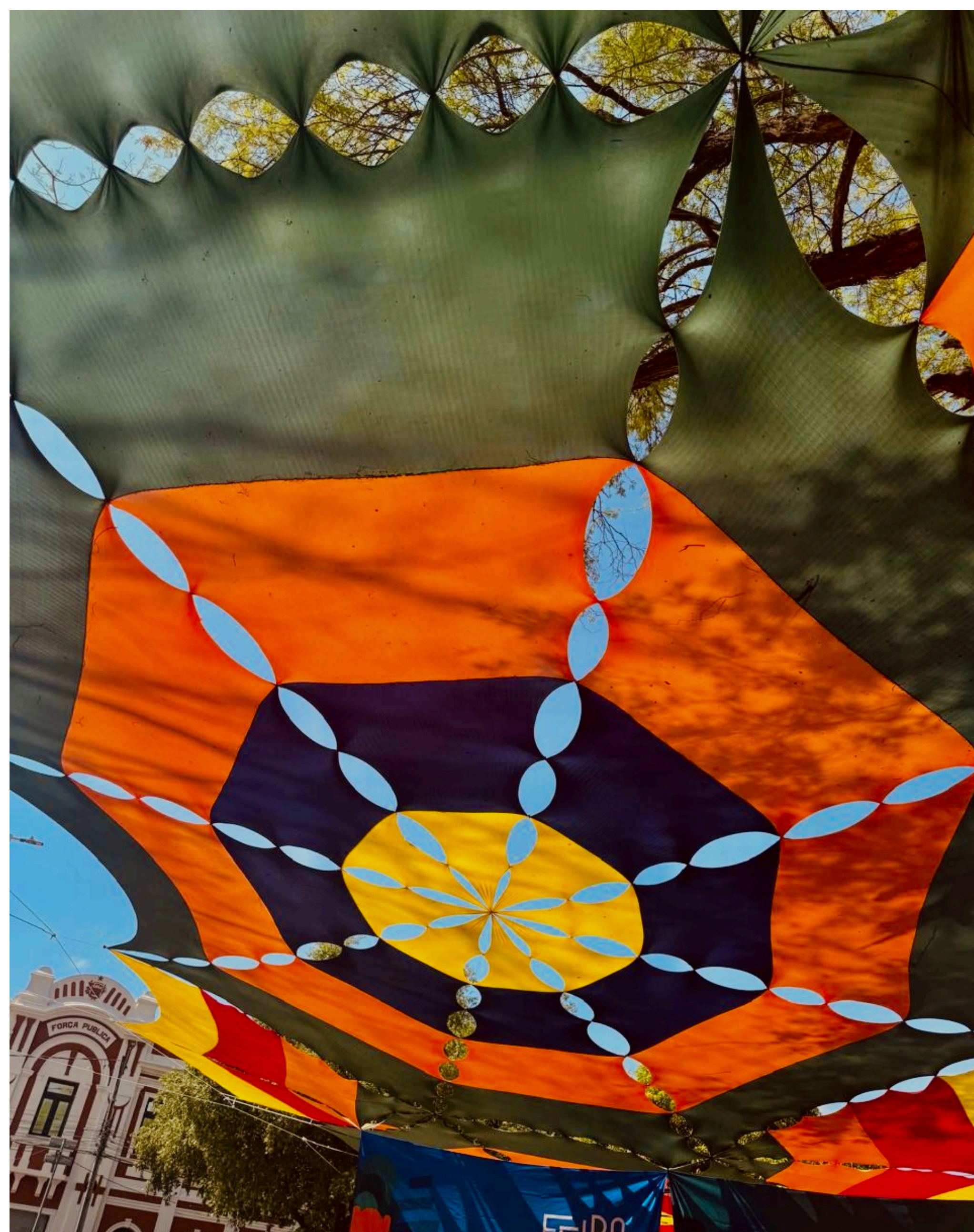
É um capital que não apenas circula, mas nutre a cultura e a sustentabilidade local. As pessoas vêm buscar a mercadoria, mas encontram o afeto," explica o Dr. Elias.

Se o artesanato de Celina traz a calma do feito à mão, a música injeta a pulsação necessária para que as feiras se tornem verdadeiros festivais de convivência. A melodia não é mero *background*; é a cola que une os visitantes, o convite que tira as famílias de casa e as leva para o asfalto.

Na Feira na Praça, na Praça Pedro II, o projeto de revitalização do Centro, endossado pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) e pela Secult, encontrou na música o seu principal catalisador. As edições de setembro e novembro foram marcadas pela presença de grupos de samba, chorinho, jazz e o forró pé de serra, promovendo um mosaico sonoro que espelhava a diversidade da cultura piauiense.

Em uma manhã de domingo de novembro, no coração do Centro, o palco se enchia de luz para o show de Gabriel Prado, um jovem cantor que mescla ritmos regionais com influências da MPB. Gabriel é um nome forte na tradição piauiense, e sua arte na praça é uma reverência à memória local. Seus acordes, vibrantes, preenchem a arquitetura clássica dos prédios, forçando uma convivência entre o histórico e o contemporâneo.





"Tocar aqui é diferente de tocar em bar ou casa de show," diz Gabriel, após a apresentação. "A plateia é a cidade. Você vê a criança, a avó, o artesão, o estudante... Estamos reeducando o teresinense a estar no Centro, a sentir orgulho dessa acústica, dessa beleza. A música é o convite para a dança, mas também é o pretexto para o encontro. É o que faz a praça voltar a ser Praça."

A curadoria musical se torna, então, uma curadoria de afetos, pensada para atrair todos os públicos e quebrar o silêncio que se impôs sobre o Centro após o horário comercial. A música de viola e o repente, tradições fortes no Piauí, encontram espaço ao lado de bandas de rock alternativo e grupos folclóricos.

Essa diversidade é uma declaração de que a cultura da cidade é plural e democrática. "Tocar aqui é diferente de tocar em bar ou casa de show," diz Gabriel, após a apresentação. "A plateia é a cidade. Você vê a criança, a avó, o artesão, o estudante... Estamos reeducando o teresinense a estar no Centro, a sentir orgulho dessa acústica, dessa beleza. A música é o convite para a dança, mas também é o pretexto para o encontro. É o que faz a praça voltar a ser Praça."

A curadoria musical se torna, então, uma curadoria de afetos, pensada para atrair todos os públicos e quebrar o silêncio que se impôs sobre o Centro após o horário comercial. A música de viola e o repente, tradições fortes no Piauí, encontram espaço ao lado de bandas de rock alternativo e grupos folclóricos. Essa diversidade é uma declaração de que a cultura da cidade é plural e democrática.

As feiras se confirmaram, no final de 2025, como polos de atração e catalisadores da economia. Elas funcionam como um triângulo estratégico para a cidade:

- Feira dos Municípios (Outubro): Polo de negócios e vitrine cultural, integrando o Piauí na macroeconomia.
- Feira na Praça (Semanal/Quinzenal na Praça Pedro II): Foco na revitalização urbana e no artesanato piauiense, com apoio evidente de órgãos como a Sudarpi/Secult.
- Feirinha Verde (Bi-semanal na UFPI): Plataforma para a economia criativa, sustentável e orgânica.

O impacto social se manifesta na voz de Lucas Mendes Lima, 22 anos, o estudante de História que observa a dinâmica da Praça Pedro II. Ele vê a Feira na Praça como um ato político silencioso: o povo reocupando o que lhe foi roubado pelo tempo e pelo abandono.

"Não é só sobre a venda, mas sobre a cena," argumenta Lucas, enquanto faz anotações em seu caderno. "Antes, o Centro morria no sábado à tarde. Agora, o domingo é de Catarse. As pessoas trazem os filhos e mostram: 'olha, aqui está o teatro da vovó, aqui está o palácio que virou memória'. Essa apropriação do espaço público pelo lazer e pela cultura é a forma mais eficaz de 'descentralizar' o lazer e de injetar orgulho na identidade teresinense."



Feira na Praça, na Praça Pedro II

A Feira é uma aula aberta de História e Economia."

A convergência dessas feiras, da autenticidade artesanal de Celina Teixeira à batida regional de Gabriel Prado, da análise sociológica do Dr. Elias Guimarães à reocupação cultural de Lucas Mendes Lima, revela o verdadeiro capital que Teresina está construindo: o capital invisível da Teresinidade.

Este capital é medido não pelo PIB, mas pela qualidade das interações humanas, pela capacidade de autossustentação da cultura local e pelo sentimento de pertencimento que tira o cidadão da reclusão de sua casa. O pequeno empreendedor ganha renda; o artista ganha palco; e o cidadão ganha a sua cidade de volta.

As feiras de Teresina são, em sua essência, um convite à lentidão e à celebração. Elas provam que a resistência cultural, no Nordeste, se manifesta muitas vezes na teimosia de fazer florescer o que é genuíno. Seja na delicadeza de um ponto de feltro que guarda uma história de 58 anos, seja na batida do tambor que ecoa entre as colunas do patrimônio, Teresina está, a cada final de semana, reescrevendo o seu futuro com as tintas da sua própria tradição.

Em um mundo que preza o global, as feiras celebram o local. E, nesse local, pulsa o coração quente e criativo de um povo que escolheu florescer a cada domingo.

Igreja São Benedito: fé, cultura e história no coração de Teresina

Por Vitória Coutinho

Entre o sagrado e o popular, Teresina revela um de seus lados mais profundos, onde a religiosidade une, emociona e mantém viva, em cada detalhe, a essência do Piauí. No coração pulsante da cidade, entre ruas que preservam lembranças do passado e árvores que testemunharam a passagem de gerações, nasceu, em 13 de junho de 1874, a Igreja São Benedito. Uma construção imponente, erguida ao longo de doze anos, fruto da fé, do trabalho e da esperança de uma comunidade que transformou devoção em pedra e arte.

Com 151 anos de história, o templo se firma como um dos símbolos mais queridos da comunidade católica piauiense, guardando, em cada detalhe, a memória, espiritualidade e identidade de um povo. Erguida ao lado do Palácio de Karnak, sede do Governo do Estado, a igreja se impõe e acolhe ao mesmo tempo. Sua presença é familiar a quem passa pelo centro da capital, uma velha conhecida que continua a embelezar a cidade e a abrigar o silêncio das orações.

Com traços neoclássicos e uma arquitetura que resiste ao tempo, a Igreja São Benedito é mais que um espaço de fé: é um refúgio de memória e identidade.

Suas paredes, marcadas pela história, refletem a devoção de um povo que transforma a crença em arte e celebração.



Beleza e memória no centro da capital (Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

Entre lembranças e registros do passado, destaca-se a contribuição da mão de obra negra na construção da igreja. Durante doze anos, negros católicos trabalharam em mutirão, movidos pela fé, pela devoção e pelo desejo de deixar um legado. No local então conhecido como Alto da Jurubeba, onde havia uma pirâmide de pedras soltas com uma cruz, criaram uma irmandade e decidiram erguer um templo em homenagem a São Benedito, santo negro, filho de pais escravizados e símbolo de humildade e serviço.

Como afirma o historiador Ricardo Arraes: “Eu sempre faço questão de lembrar que aquela igreja foi erguida pelos negros, pelos pobres, pelos desvalidos. E,ironicamente, depois de pronta, deixou de acolher esse mesmo povo. Atrás dela surgiram os palacetes da atual Avenida Frei Serafim, antigos casarões da elite que ainda resistem ao tempo. As portas, cinco das sete talhadas pelo artista negro Sebastião Mendes, e os sinos, doados pelo Papa Pio XII, são tombados como patrimônio. Curiosamente, a própria igreja não é. O repicar dos sinos marcava o entardecer no bairro Vermelha, e hoje o local segue como testemunho da história e das transformações sociais de Teresina e do Piauí”, ressalta Ricardo.

O som dos sinos da Igreja São Benedito, tombados em 2013 por decreto do então prefeito Firmino Filho, ecoa junto às vozes e aos passos dos fiéis, marcando o ritmo da devoção cotidiana. As portas do templo, entalhadas pelo artista piauiense Sebastião Mendes e tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, completam esse importante patrimônio cultural e histórico.

Para o Secretário de Cultura do Piauí, Rodrigo Amorim, a igreja é muito mais que um espaço de fé: “Construída entre 1874 e 1886 e restaurada entre 2019 e 2023, a Igreja São Benedito é um marco histórico, cultural e religioso, especialmente para a identidade negra e pela devoção a São Benedito. Inspirada nas basílicas medievais italianas e com portas esculpidas por Sebastião Mendes, a igreja se consolida como símbolo turístico e cultural no centro de Teresina. A Secretaria de Estado da Cultura reafirma seu compromisso de preservar este patrimônio para a sociedade e para o Piauí”, afirma o secretário.

Com missas todos os dias da semana, a igreja reúne milhares de católicos de diferentes bairros e regiões, consolidando-se como um ponto central de fé, devoção e encontro comunitário. Sob a administração do pároco frei Renê Tomaz, o templo também se destaca como espaço de memória e tradição, onde gerações celebram sacramentos, participam das missas e mantêm viva a espiritualidade que marca profundamente a vida da comunidade.

“A Igreja São Benedito é um lugar de devoção e de encontro espiritual no coração de Teresina. Todos os dias, pessoas de todos os bairros vêm expressar sua fé e perseverança, apesar das dificuldades. Para mim, a igreja representa a expressão da fé e da devoção popular, sendo um centro de celebrações, memórias e tradições.

Suas portas de madeira tombadas pelo IPHAN refletem sua importância histórica, espiritual e cultural. Muitos foram batizados, casaram-se ou participam diariamente das missas aqui, e acredito que a igreja continuará marcando a vida do povo católico e de todos que passam por ela”, destaca frei Renê.



Renê Tomaz: frei e pároco da igreja | Foto: Reprodução Internet

Fátima Araújo frequenta a Igreja São Benedito há quatro anos e é presença constante nas missas, participando ativamente das atividades da comunidade. Como catequista, ela se dedica com devoção à vida da igreja e destaca o quanto esse espaço representa para ela.

“Eu me sinto acolhida na Igreja São Benedito, porque o ambiente e as pessoas, os irmãos, freis e frades, transmitem paz e fazem com que eu me sinta como em um pedacinho do céu. É um lugar que renova a minha fé e me aproxima cada vez mais de Jesus e Maria.



Um templo que une fé e história
(Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

Vejo essa igreja como um espaço muito importante, com mais de 100 anos de história, por onde já passaram muitos fiéis que viveram experiências de fé e alcançaram milagres. Além disso, ela é muito bonita, bem localizada e acolhe pessoas de diferentes lugares, sempre com muito amor e espiritualidade”, afirma Fátima.

Para alguns, uma simples igreja, para outros, um espaço de fé e acolhimento, como é o caso do frei Luis Henrique, do Convento São Benedito, ligado à Igreja São Benedito. Para ele, a Igreja de São Benedito representa muito mais do que um espaço religioso: tornou-se um marco de Teresina, reunindo fiéis de todas as classes sociais e preservando a cultura, espiritualidade e tradição da cidade.

Ele destaca que, fundada em 1874 pelo missionário italiano Frei Serafim de Catânia, com o apoio da comunidade, a igreja se consolidou como o coração da cidade, palco de importantes celebrações religiosas, como a Festa de Corpus Christi e a Bênção do Santíssimo. Segundo frei Luis, o templo vai além de um local de culto, sendo um verdadeiro símbolo de fé, história e identidade, capaz de acolher e inspirar gerações.

Viviane Damasceno, residente em Teresina e natural do município de Piripiri, a 165 km da capital, frequenta a Igreja São Benedito há três anos. “A Igreja São Benedito representa, pra mim, fé e tradição. É uma das primeiras igrejas de Teresina e sempre me sinto acolhida quando venho. Gosto de participar das celebrações, reencontrar pessoas conhecidas e sentir a boa energia que o lugar transmite.

Os padres são acolhedores e o ambiente é muito bonito. Além de ser um cartão-postal e ponto turístico da cidade, é um espaço onde a fé se renova e se fortalece a cada encontro”, destaca a fiel.



Há 3 anos, Viviane Damasceno faz da igreja seu lugar de fé (Foto: Vitória Coutinho/Arquivo pessoal)

Diante de tantas histórias e memórias, a Igreja São Benedito permanece viva no centro de Teresina, guardando em suas pedras, portas entalhadas e sinos o eco de gerações que construíram e viveram a fé com devoção. É um lugar onde passado e presente se encontram, onde a espiritualidade e a identidade do Piauí se entrelaçam. Entre luzes e sombras, orações e passos, a igreja inspira, acolhe e sussurra histórias de esperança, resistência e fé que jamais se apagarão.

Na frequência da Rádio UFPI e suas transformações com a passagem do tempo

Todas as nuances de uma emissora escola que transforma vidas e perspectivas

Por Daniel Oliveira

A semente da Rádio Universitária foi plantada há quase uma década e meia, em 10 de outubro de 2005, quando a então extinta Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), por meio do convênio RDB/DIJUR/N.054/2005, concedeu à Universidade Federal do Piauí a construção e as condições de operações dos serviços de radiodifusão de sons, sob gestão da UFPI. Foi então que a comunidade acadêmica, juntamente com a Administração Superior, servidores e professores da Universidade Federal do Piauí, deram tudo de si para colocar o projeto em prática.

A emissora está sob a regra normativa federal que orienta a Radiodifusão Educativa e o serviço de radiodifusão tanto em frequência modulada (FM) quanto audiovisual (TV), que se destina à transmissão de programas educativo-culturais, sem qualquer caráter comercial ou fim lucrativo, que trabalhem em conjunto com os sistemas de ensino, para à promoção e o fortalecimento da educação básica e superior, como também a divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

Depois de muitos esforços, chega 2008, sob o prefixo ZYX 844, a Rádio FM Universitária, 96,7, dá início às transmissões em sua fase experimental, com uma equipe formada inicialmente, pelo professor Paulo Henrique Gonçalves de Vilhena Filho, então diretor da emissora e Renato Basílio Soares, diretor de programação.

No ano seguinte, chegam à equipe, o operador de áudio, João Gualberto Pires de Castro. Até aquele momento, a programação da rádio era basicamente musical e com alguns programas institucionais retransmitidos pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Compreendendo toda a área da capital Teresina e chegando até mesmo outras cidades, como Timon, no Maranhão.

O tempo passa, e em 2011, a equipe ganha mais cinco integrantes: Francisco Alves de Sousa Filho, responsável técnico de manutenção, Ricardo Sousa Lima, na função de diretor de programação, Justino Figueiredo Barbosa, técnico administrativo, Maria de Lourdes Oliveira como secretária-executiva, e Augusto Cesar Silva, nos serviços gerais.



Estúdio antigo da Rádio UFPI. Foto: Rádio UFPI.

Nesse período também foi feita a primeira seleção do corpo de estagiários, foram escolhidos discentes do então curso de Comunicação Social (atual curso de Jornalismo), João Paulo Santos Mourão, Dalila Cristina Silva Pereira e Nayra Macedo, que ficaram na parte de locução, Jorge André Paulino de Sousa e Pablo Felipe Cavalcante destinados a serem produtores para apoiar na formulação da grade de programação e criação de programas para emissora.

Em 2011, o reitor da Universidade Federal do Piauí era o Professor Doutor Luiz de Sousa Santos Júnior (2004 - 2012), ao lado do Professor Paulo Vilhena de Gonçalves Filho, então diretor da 96.7, viram o prédio da Rádio Universitária ser inaugurado em 9 de setembro, numa cerimônia transmitida ao vivo. A data especial determinou também o fim da fase experimental e deu início à programação regular.

Comandado por João Paulo Santos Mourão e Dalila Cristina Silva Pereira, o primeiro programa a ser feito e reproduzido pela FM Universitária, foi o Revista Universitária. Em 06/02/2012, estreou o primeiro programa diário chamado Universitária Esportiva, com uma equipe formada por Nayra Alves de Macedo, Neyla Rego Monteiro e Emanuele Madeira Sobrinho. Esse projeto e outras produções contaram o apoio de Renato Basílio Soares e Ricardo Sousa Lima, especialista em programação, gravação, edição e fiscalização de contratos, e pós-graduado em Gestão de Empresas de Rádio e TV.

No final de 2011, são criados os primeiros programas jornalísticos, como: Música e Notícia, o Universitária Entrevista e um tempo depois, o Jornal da Universitária. Após concurso no ano 2015, para a ocupação de cargos na FM Universitária, Rodrigo Carvalho assume a função de locutor da emissora. E com ele também integraram-se a emissora, os servidores técnicos Adriano Lima, responsável pela grade de programação e Ricardo Sousa na função de técnico em som. Atualmente, a equipe conta ainda com os jornalistas Léia Alencar e Erick Alexandrino, e bolsistas do curso de jornalismo da UFPI.

“Eu sempre tive grande afinidade com rádio, e depois que eu me formei eu ainda não tinha tido a oportunidade de trabalhar em rádio, então voltar agora como funcionária terceirizada tem sido uma experiência bastante valiosa profissionalmente, porque hoje eu sou responsável pela equipe, sou



Prédio da Rádio UFPI. Foto: Rádio UFPI.

eu que conduzo as produções da parte da manhã, junto dos bolsistas, principalmente do Jornal da Universitária, que é o principal programa da grade da rádio hoje. Então, hoje eu sou uma espécie de editora, chefe do Jornal, junto com o Rodrigo Carvalho, então a gente faz esse filtro das pautas diariamente e eu é quem define quem faz o quê. Então, logo pela manhã eu chego, já vou fazendo esse filtro das pautas e aí já vou passando as coordenadas para cada repórter de quem faz qual pauta e aí eu vou passando os direcionamentos, como que é

é para ser feito e depois disso eu fico ali fazendo essa supervisão também das produções do Jornal e dando esse apoio mais técnico jornalístico para os outros programas também”, comenta a jornalista Léia Alencar.

Corria tudo bem, até que a emissora teve que enfrentar um dos maiores de sua breve história, a pandemia de Covid-19.

Com a rápida proliferação do vírus, houve a necessidade de suspensão das atividades presenciais em toda a Universidade Federal do Piauí. Contudo, a Rádio Universitária,

resistiu e manteve sua programação ao vivo, com a maior parte dos colaboradores trabalhando remotamente.

Após todo caos o causado pela pandemia, a FM Universitária foi aos poucos voltando a sua rotina normal. A emissora educativa pública da Universidade Federal do Piauí (UFPI) continua cumprindo sua função institucional como um “rádio laboratório”. Este espaço é dedicado à experimentação de diversos formatos e linguagens, além de proporcionar aprendizado aos estudantes do curso de jornalismo e à comunidade acadêmica em geral. Desde sua fundação, a emissora mantém um compromisso social constante, sob a direção de professores renomados, incluindo Mestre Paulo Henrique Gonçalves de Vilhena Filho; os doutores Paulo Fernando de Carvalho Lopes (2013-2020 e 2024 a maio de 2025); Sílvio Henrique Vieira Barbosa (2020-2024); e Carlos Jorge Barros Monteiro, no comando da instituição desde maio de 2025.

“Nós somos uma rádio escola, uma rádio pública educativa que tem diretrizes legais a serem seguidas e a gente não pode colocar ou produzir qualquer coisa da cabeça da gente. Nós temos um processo que precisa ser seguido num aspecto legal e é isso que nós temos buscado fazer com toda a equipe das superintendências de comunicação e com os bolsistas e os colegas professores do curso”, ressalta o Dr. Carlos Jorge Barros Monteiro, atual diretor da emissora.

O professor Carlos Jorge Barros Monteiro, enfatiza algumas das melhorias que estão sendo implantadas na emissora e próximos passos. “nós temos alguns programas que eram veiculados uma vez só. Agora não, a gente retrabalhou a faixa da grade de programação e representa esses programas em horários alternativos até para que a comunidade tenha acesso, se ela não consegue ouvir no horário original, o programa vai nas representações de horário especial. Isso, num primeiro momento, já está sendo implementado.

As outras, é a questão da gente trazer, alguns alunos para fazer visita técnica aqui, treinar as nossas equipes, os bolsistas, os nossos colegas jornalistas [...] nós vamos também melhorar bastante as nossas redes sociais. E também no site da Rádio, as matérias que vão subir no site, elas vão subir e já vão estar configuradas também para que as matérias possam ser ouvidas com áudio por meio de inteligência artificial”, destacou o diretor.

Após anos contribuindo com a comunidade acadêmica, foi hora de mudar. No ano em que completa 14 anos de existência, a Rádio Universitária, passa a se chamar Rádio UFPI, reforçando o sentimento de pertencimento e a vinculação direta com a Universidade. Em 16 de outubro de 2025, a emissora recebeu em suas instalações a Visita Técnica, da Reitora Nadir do Nascimento Nogueira e de Jacqueline Lima Dourado, Superintendente de Comunicação Social da UFPI. Além de comemorar o aniversário da instituição, foi o memento de ser

apresentado o novo nome e logotipo da Rádio UFPI. A adoção da nova nomenclatura procura valorizar a identidade da Universidade Federal do Piauí e fortalecer a integração institucional e prestação de serviços à comunidade acadêmica e à sociedade.

A superintendente de Comunicação Social, professora Jacqueline Lima Dourado, destaca que o objetivo é ampliar ainda mais o alcance da rádio, firmar novas parcerias e investir em tecnologias que possibilitem transmissões em múltiplas plataformas.

. “Desde sua criação, a Rádio UFPI tem como princípio o compromisso cidadão, pautado pela responsabilidade e pelo respeito aos protocolos de uma rádio pública, ligada à Empresa Brasil de Comunicação e aos direitos humanos. Ela é, sobretudo, uma rádio-escola, com uma programação responsável e educativa. Temos a intenção de firmar acordos com instituições como a Fundação Padre Anchieta e o Canal Futura, e também de integrar a rádio a uma programação audiovisual por streaming, com transmissões via YouTube.

O objetivo é oferecer uma grade híbrida, com conteúdos próprios e de parceiros como a TV Senado e a TV Assembleia. O mais importante é ampliar o alcance da emissora, tanto no rádio quanto nas plataformas digitais”, comentou.

Mais do que um local de formação, a Rádio UFPI, também se tornou um ambiente de transformação cidadã, com o passar dos anos. Todos os profissionais que passaram pela emissora, guardam da lembrança a 96,7 com muito carinho.



Nova identidade visual da Rádio UFPI. Foto: Rádio UFPI.

Tambor como Manifesto: O III Festival de Batuques e a Força dos Quilombos do Piauí

O Encontro de Saberes que Transforma a Cultura Viva em Lei, Empreendedorismo e Reconhecimento Nacional

Por Bruna Spíndola

O ar em Campinas do Piauí não vibrava apenas com o calor do sertão; ele tremia com o som que parecia emergir da própria pedra. No Quilombo Salinas, a poeira vermelha, fina como talco, se levantava a cada pisada mais forte, a cada giro da roda. Não era um concerto, era uma catarse. Este era o epicentro do III Festival de Batuques de Quilombos do Piauí, que acontecia nos dias 24 e 25 de outubro de 2025, um ponto de confluência onde pessoas que se autorreconhecem quilombolas no Piauí, reescrevem sua história com couro e madeira.



Palco III Festival de Batuques de Quilombos do Piauí. Foto: Focus Produtora

Naquele chão, a cadência era ditada pelo Samba de Cumbuca, a tradição fundadora, a reverência máxima do festival, cujo tema era a própria afirmação: "Eu Sou o Samba de Cumbuca".

O som não vinha do alto, mas de baixo, do corpo das mulheres. O instrumento principal, a cabaça, é tocado exclusivamente por elas, um legado com mais de cem anos que fora trazido pelas primeiras fugidas, e que lhes rendeu a honra da Medalha da Ordem do Mérito Cultural em 2011 e o reconhecimento como Patrimônio Vivo do Piauí em 2021.

No meio do terreiro, onde o cheiro forte de feijão cozido em panela de ferro se misturava ao perfume das plantas nativas, estava Marcos Vinícius Ferreira, 45 anos, mais conhecido como Nego Vina, ele é o coordenador cultural de Salinas, e a personificação da ponte entre a tradição pura e a negociação política. Nego Vina olhava para o movimento das caravanas chegando, grupos do Curral Velho, do Mimbó, de Custaneira, e via a cultura não como um custo, mas como uma engrenagem vital.

"O festival não é só tocar tambor, sabe?" ele disse. "É dar visibilidade, é ter a chance de falar."

Para Nego Vina, a força daquele encontro estava na sua origem, no ato de fundação do Quilombo Salinas, nascido da desobediência. Ele fez questão de reforçar a narrativa, cravando a história no presente para o público atento: "O quilombo Salinas surgiu por volta do ano de 1837, a partir de um grupo de pessoas escravizadas, que fugiram do processo de escravização, percorrendo um riacho de água salobra, denominado riacho da Salina, e ali se fixaram, construíram a comunidade onde até hoje nós estamos."

O festival, financiado por leis de incentivo, é a materialização da crença de Nego Vina na economia da ancestralidade. Ao seu redor, a feira de artesanato fervilhava, e cada verdura, cada galinha comprada para o Almoço Coletivo vinha do produtor familiar local, gerando uma circularidade econômica palpável. A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) havia sido o catalisador.

"É por isso que a gente diz que a cultura é investimento, não gasto," ele emendou, apontando para a movimentação. "A PNAB tem possibilitado que comunidades tradicionais como a nossa realizem projetos, oficinas e festivais que fortalecem a economia criativa e a identidade cultural do Piauí."

Nego Vina sintetiza a essência do encontro, para além da festa, os batuques e os tambores, para ele, são as próprias reivindicações enquanto população quilombola do Estado do Piauí e do Brasil.

O chão do Quilombo Salinas se transformou em um vasto corredor de memória, começando no Museu Quilombola Dona Augusta. Lá, não havia apenas objetos em exposição; havia o lugar de onde o som vinha, a cabaça que inspirou o legado. E nos arredores do museu, o público era saudado pela Chegança, o ritual de acolhida que fazia a transição entre o visitante e o partícipe, entre o olhar de fora e a vivência de dentro.

Em meio ao burburinho das pessoas que lotavam a Mostra Gastronômica "Cozinha de Quilombo - Dona Cumbuca", Chitara Sousa, agricultora empreendedora e professora de capoeira do Quilombo Saco/Curtume, sorria com a satisfação de quem via a memória sendo literalmente digerida. Aos 30 anos, ela era o rosto da força jovem que carregava a tradição e a transformava em sustento.

Ela descreveu o Saco/Curtume, um lugar onde a vida sempre foi um ato de coletividade constante. "Éramos vivência de muitas alegrias, onde todas as crianças viviam e podiam brincar, desenvolver atividades e tarefas juntos e juntas," ela recordou, os olhos brilhando. "Então aprendemos brincando, cantarolando nas rodas de reisados, Batuques e etc..."

Chitara é uma guardiã não só da Capoeira de Quilombo, mas também da mesa. Para ela, o sabor é um elo ancestral tão forte quanto o ritmo do tambor. Ela listou as iguarias que precisavam ser preservadas, a tríade da sobrevivência e da celebração. "Bolinho de feijão, mungunzá, arroz misturado com farofa de carne de porco..."

Longe do centro da roda, em um dos encontros de saberes que discutiam a implementação da Educação Escolar Quilombola, estava Professor Ramon Paixão, liderança do Mimbó, ele representava a consciência de que o Quilombo não era apenas um lugar no mapa, mas um modo de ser, a própria escola de vida. "Crescer no quilombo foi crescer em meio à força, à união e à memória viva dos nossos ancestrais. Desde pequeno aprendi o valor da terra, da cultura, do trabalho coletivo e da palavra dos mais velhos. Lembro das apresentações do pagode do Mimbó, das rezas, das festas e dos mutirões para construir casas para quem estava precisando, onde cada um ajudava o outro. O que mais me marcou foi entender que viver no quilombo não é só morar num lugar, é viver um modo de ser, de resistir e de cuidar uns dos outros", ele explicou.

Ramon via o Festival como uma espécie de recarga espiritual para a luta diária. Em um mundo que tentava constantemente apagar suas raízes, o batuque era o reencontro. "O festival é um reencontro com as nossas raízes. Quando o tambor toca, é como se os ancestrais estivessem ali, presentes. A gente volta pra casa com mais força, mais consciência e mais vontade de continuar lutando pela preservação da nossa identidade".

A arte de sobreviver não estava só na cozinha ou na tribuna; estava na transmissão silenciosa da sabedoria.



Foi o que explicou Mestre Naldo, 48 anos, do Quilombo Custaneira. Mestre Naldo era um repositório de tradições; seu corpo, um mapa de experiências. Ele havia trazido a Lezeira, o Reisado e o São Gonçalo de sua comunidade para o palco de Salinas.

Ele descreveu sua trajetória como uma sucessão de ensinamentos que moldaram o caráter. O que mais o marcou não foram grandes feitos, mas o cotidiano humilde e respeitoso. “Carregar a memória dos meus ancestrais em rodas de conversas, ensinamentos de como fazer e o que fazer, o respeito entre todos e entre as comunidades,” foi o que ele resumiu sobre a base de sua formação.

Mas Mestre Naldo carrega um receio: o fascínio do mundo moderno sobre os mais novos. Ele reconhece a importância do festival para que a juventude se engaje nesses momentos, mas não minimiza os desafios.

Ele suspirou. “Como mencionado anteriormente, a juventude tem recebido ofertas a todo instante, boas e ruins, então conquistar, mostrar e educar não tem sido uma tarefa fácil...”.

O festival, então, é a garantia de que as sementes são plantadas, não importando o desafio. É a chance de a juventude ver a dignidade, a festa, e a potência que emerge da própria comunidade. É uma forma de dizer: “Nós existimos, somos resistência e esse legado é parte de uma história ancestral”.

“...Não somente mantemos viva nossa cultura, mas somos a nossa cultura no hoje”, completou mestre Naldo.

Ao cair da noite no Quilombo Salinas, as luzes da festa iluminavam a história. O III Festival de Batuques não se resumia aos grupos convidados, eram seis batuques quilombolas sendo inventariados pelo IPHAN, incluindo o Pagode do Mimbó e o Batuque do Curral Velho. A reunião daquele povo era um ato político de dimensão histórica, que força a presença de representantes do governo federal, estadual e municipal (Campinas do Piauí, Conceição do Canindé, entre outros).

O batuque, aquele som grave e insistente, era a voz que fazia valer a lei. Por causa daquela vibração, a Prefeitura de Campinas do Piauí firmou, ali, um compromisso para implementar a Educação Escolar Quilombola no currículo.

O som do último tambor silenciou, mas a vibração permaneceu. O corpo ainda balançava no terreiro, e o cheiro da comida e o calor humano não se dissipavam. O que restava era a certeza de que a cultura quilombola do Piauí era mais do que folclore para ser apreciado, mas um complexo e vibrante sistema de existência que, a cada batida, reafirmava a coragem de

transformar o ato de tocar em poesia e em manifesto. O festival também é denúncia e sonho. Denúncia contra o descaso histórico que relegou as comunidades quilombolas ao esquecimento. Sonho de reconhecimento e respeito. A cada edição, o evento reafirma que preservar o batuque é preservar a história do povo negro no Piauí. É garantir que as futuras gerações saibam que a cultura quilombola não é passado, é presente e futuro.

Durante o festival, o tempo parece se abrir em camadas. Há o tempo da festa, o tempo da fé e o tempo da luta. Enquanto os grupos se apresentam, o público sente, mais do que entende, o poder simbólico daquilo. O batuque, repetido por gerações, é uma tecnologia da memória. É assim que os quilombos do Piauí se mantêm vivos: cantando, dançando e resistindo.



O poder da palavra em cena

Slam Piauí dá palco a poetas que transformam suas vivências em versos de resistência

Por Pablio Magalhães

No palco os poetas piauienses destrincha sua língua materna em ritmo, rimas e métrica. Utilizam de suas histórias para evocar sentimentos e ideias, ecoando suas falas em harmonia com sua expressão corporal notável para o público. A poesia falada é o instrumento de competição e de arte do Slam Piauí.



Palco do SlamPI. Foto: Dayvison Lima.

Derivado do Slam Nós por Nós, que iniciou em 2021 em Teresina, o Slam Piauí nasceu em 2023 como um evento estadual e representante nacional do Estado. O vencedor representa o Piauí no Slam BR, o Campeonato Brasileiro de Poesia Falada. Mysslene Soares é uma das realizadoras do evento que possui em torno de 12 pessoas na organização. Iniciou no projeto na edição de 2025, mas já está familiarizada com o movimento.

“A minha experiência como organizadora do Slam Piauí começou esse ano de 2025, mas tenho contato com o movimento desde 2021”, conta. A poeta, arte educadora e cientista social, relata que já participava dos slams na época em Teresina, e que como pesquisadora das Ciências Sociais desenvolveu pesquisas sobre as batalhas. “Atualmente, pesquiso o movimento em Teresina e participo sempre que possível quando algum coletivo realiza a competição”.

O projeto que é independente já é um desafio em si para acontecer pela falta de apoio. “Os maiores obstáculos são geralmente a falta de financiamento para o movimento acontecer. Falo mesmo de apoio concreto, seja financeiro, seja cultural”, pontua Mysslene. Para manter o projeto, muitas vezes os organizadores utilizam de seus próprios recursos para garantir itens básicos como deslocamento, comida, estrutura e entre outros itens para manutenção do movimento. “Acredito que se conseguimos a visibilidade e apoio estrutural necessário, o evento poderia acontecer de forma muito mais ampla e efetiva, e tantos os poetas quando a organização conseguiríamos alcançar muito mais pessoas”. Para ser realizado, a competição é construída também com a ajuda de pessoas voluntárias da cena poética e do hip-hop do Piauí ou mesmo de fora, sendo construído coletivamente pela força de vontade da juventude periférica do estado.

Outros coletivos apoiam a competição, em 2025 o Slam Piauí está em sua 3ª edição com a contribuição dos coletivos de Teresina: Slam Nós por nós, Slam Coletivo Sueli Rodrigues e Slam é Sal, de Parnaíba.

O Slam (ou Poetry Slams), são batalhas de poesia falada que surgiram nos anos 80 nos Estados Unidos. No Brasil, o Slam chegou em 2008, por intermédio da artista e slammer Roberta Estrela D’Alva, através do ZAP! Slam (Zona Autônoma da Palavra) na cidade de São Paulo. A poesia por muito tempo foi reconhecida com uma arte elitizada, com os Slam as periferias foram os principais locais a absorverem a arte, em pouco tempo as competições se espalharam por todo o Brasil. No Piauí, a expressão cresceu a partir de recitais de poesia, saraus e encontros entre poetas locais.

No Slam Piauí cada participante deve ter no mínimo três poesias autorais, sendo de qualquer assunto e em qualquer estilo. Os poemas devem ter no máximo três minutos com 10 segundos de bônus para serem apresentados sem acompanhamento musical, o excedente do tempo acarreta no desconto de pontos. A competição acontece em três fases obrigatórias, julgadas por um júri popular, escolhidos pela equipe do Slam BR, atribuindo notas para cada poema numa escala de 0.0 a 10.0. O somatório das notas das apresentações de cada fase declara o ganhador da competição. A 3ª edição ocorreu no último dia 25 de outubro, no espaço Trama Cultura, no bairro Aeroporto.



Card de divulgação da 3ª edição do SlamPI. Imagem: Instagram/@slampiaui_

O Slam Piauí além de um campeonato é um movimento social, político e artístico. A maioria dos artistas que se apresentam são originários de periferias ou grupos marginalizados, e que na poesia abordam a realidade de suas vidas através da arte. “Observando as poesias recitadas você consegue perceber o peso daquelas palavras nas vidas dos poetas e de quem as escuta. Geralmente as temáticas das poesias passam por questões raciais, de gênero, classe, psicológicas, emocionais, etc. Tudo que constitui aqueles corpos, que em sua maioria são da periferia, negros, trans, enfim corpos marginalizados socialmente”, destaca Mysslene.

O slam é então uma forma de expressão que dialoga com as experiências individuais de cada participante, que para além de competir contam suas histórias por meio de palavras de existência e resistência.

Despertando

O Slam Piauí tem poucos anos de história, mas já vem deixando sua marca com artistas consagrados, o rapper da Zona Norte de Teresina, BadBlack, é uma dos que levou sua lírica e história para os palcos da competição. Na sua infância já gostava de escrever, o rap entrou em sua vida a partir dos vizinhos que sempre estavam com o som tocando as músicas do gênero.

“Tinha uns vizinhos aqui que escutavam muito rap, e eles escutavam numa caixa de som bem alto, e eu sempre gostava de ficar lá perto da casa deles ouvindo todas as músicas”, conta. O rapper retrata em suas letras a opressão e injustiças que pessoas pretas sofrem. “Geralmente eu trago coisas do cotidiano mesmo. Às vezes vivência minhas, às vezes vivência de outras pessoas, de alguns colegas, às vezes vivência de outros lugares também que eu vejo e acaba me emocionando também. Eu acabo sentindo essas coisas e aí decido escrever sobre isso”.

Desde 2018 BadBlack frequenta batalhas de rimas na capital piauiense, também lançou várias músicas autorais.

Porém, por volta de 2021, começou a perder o gosto pela música, eventos pessoais foi afastando cada vez mais, suas letras pareciam rasas para ele. “Eu estava fazendo algo que era superficial, tava fazendo umas músicas que o meu intuito era fazer com que essas músicas viralizassem, independente do que eu tava falando. Pra mim isso não compensava porque eu não tô sentindo, não tô fazendo com o coração. E aí se não tem sentimento naquilo que eu tô fazendo, não tem sentido eu estar fazendo”, relembra. Mas tudo mudou quando após dois anos parado, Bad participou de uma batalha de poesia, mesmo sem vontade, e um dos participantes lhe chamou atenção em suas letras pela força e impacto, e a partir daí reacendeu nele novamente a paixão por escrever.

A partir daí, BadBlack voltou a frequentar batalhas de rimas, a fazer música e a participar com mais frequência dos slams. “Hoje eu me utilizo do slam, depois que eu voltei a escrever através do slam, fazer poesia através do slam, eu voltei a gostar das batalhas de rimas, voltei a participar e despertou novamente essa paixão pelas batalhas de rimas”. Dividir o palco com outros artistas talentosos o força a melhorar cada vez mais sua escrita, uma troca mútua de arte e experiências. “É importante ouvir os outros poetas, tentar entender ali o que traz no palco, porque cada poesia é uma aula, cada poesia é uma vida, cada poesia é uma história. É importante essa troca de narrativas entre a gente, pessoas que historicamente tentaram apagar”, destaca sobre o Slam.



Participantes e plateia no dia da realização do SlamPI. Foto: Dayvison Lima.



BadBlack em sua participação no SlamPI 2025.
Foto: Dayvison Lima.

Em 2023 BadBlack competiu no Slam Piauí, ficando no segundo lugar do estadual. Em 2024 competiu novamente e se consagrou campeão. Coincidentemente a final ocorreu no dia 19 de outubro, em seu aniversário. “Eu me emocionei, cara me emocionei porque parece que tava desenhado no dia do meu aniversário um ano depois de voltar a fazer poesia, a me reencontrar na arte, foi maravilhoso esse sentimento”. BadBlack vai representar o Piauí no SlamBR que vai ser realizado neste ano de 2025, ele espera alcançar outras pessoas com sua lírica, agora para uma plateia com pessoas de todo o país.

“Espero que eu consiga, se não com o título, mas pelo menos dar o meu melhor, entregar o meu máximo para conseguir representar o nosso estado e fazer com que as pessoas que acreditem em mim sintam orgulho de me ver recitando lá para novas pessoas, que eu consiga acessar essas novas pessoas também através da poesia, que elas se identifiquem com minhas poesias”, fala com orgulho.

Em 2023 BadBlack competiu no Slam Piauí, ficando no segundo lugar do estadual. Em 2024 competiu novamente e se consagrou campeão. Coincidentemente a final ocorreu no dia 19 de outubro, em seu aniversário. “Eu me emocionei, cara me emocionei porque parece que tava desenhado no dia do meu aniversário um ano depois de voltar a fazer poesia, a me reencontrar na arte, foi maravilhoso esse sentimento”. BadBlack vai representar o Piauí no SlamBR que vai ser realizado neste ano de 2025, ele espera alcançar outras pessoas com sua lírica, agora para uma plateia com pessoas de todo o país. “Espero que eu consiga, se não com o título, mas pelo menos dar o meu melhor, entregar o meu máximo para conseguir representar o nosso estado e fazer com que as pessoas que acreditem em mim sintam orgulho de me ver recitando lá para novas pessoas, que eu consiga acessar essas novas pessoas também através da poesia, que elas se identifiquem com minhas poesias”, conta com orgulho.

O Slam BR 2024 acontecerá de 20 a 23 de novembro no Rio de Janeiro, em Madureira. Sob o viaduto de Madureira, 27 poetas de todas as cinco regiões do país se reúnem para disputar o título nacional, integrando o primeiro Festival Literário da Igualdade Racial (FLIIR) realizado em parceria com a FLUP – Festa Literária das Periferias. O evento acontece em colaboração com o Slam da Guilhermina com o apoio do Slam RJ. Essa edição traz ao Rio de Janeiro poetas que venceram os slams estaduais em 2024, já que o SLAM BR que aconteceria em Camaçari, na Bahia, no ano passado, acabou não sendo realizado. Além do SLAM BR 2024, a edição de 2025 acontecerá ainda esse ano, no Distrito Federal, com a data a ser definida.

O Slam Piauí mais do que um campeonato se estabelece como um movimento de vozes. Em cada poema, uma vivência; em cada rima, resistência. E é nesse encontro de palavras e corpos que o Piauí escreve, em cena, sua própria revolução.

Em Teresina há cultura pra mim?

Por Maira Campos

A quase bicentenária Teresina, capital do terceiro estado mais pobre do Brasil, voltou a pulsar no coração da cidade. O centro histórico, antes esvaziado, hoje ferve com feiras, saraus, rodas de samba e cafés que disputam espaço com fachadas coloniais. Mas, em meio ao calor do asfalto e ao brilho das luzes, uma pergunta insiste em ecoar: essa cultura é realmente acessível a todos os moradores?

Entre a vitrine e o chão da praça

No número 1881 da Rua Lisandro Nogueira, a fachada discreta do Casa Barro exhibe um cartaz chamativo: “Show às 21h — Couvert 30 reais”. Dentro, luz baixa, mesas de madeira, coquetéis elaborados. “A gente investe em artistas locais, mas precisa de um mínimo para manter o espaço e pagar a equipe”, explica Thiago Arvore, produtor do bar. O público é jovem, de classe média, gente que pode pagar.

A poucas quadras, a Praça Pedro II vibra com o Samba no Coreto. De graça, aberto, democrático. Pandeiro, tamborim e vozes em coro. Mateus Silva, 19, estudante do bairro Santa Maria, chega de ônibus.



“Aqui eu posso vir sempre. No shopping, não tem cinema que caiba no meu bolso. E show nacional? Nem pensar, a meia custa mais de cem reais.”

Cidade em contraste

É inegável a quantidade de escritores, músicos e artistas plásticos que expõem sua produção em Teresina. Mas, assim como no restante do país, a capital piauiense carrega marcas profundas de desigualdade. Os cinemas se concentram nos shoppings da zona leste, com ingressos que ultrapassam 40 reais. Os grandes shows nacionais cobram valores que afastam boa parte da população. Produzir arte, também, exige redes de contato: “Se você não tiver as indicações certas, é difícil se inserir no circuito”, comenta Janine Lima, artista visual que há anos tenta espaço em galerias locais.

A crítica de que a revitalização só ganhou aplauso da “burguesia gentílica” ecoa entre produtores independentes. “Quando eram só as minorias ocupando o centro, diziam que era bagunça. Bastou agradar a elite para virar projeto de mídia”, dispararam usuários da rede social X (antigo Twitter).

Políticas e futuro

Para o pesquisador de políticas culturais Carlos Eduardo Batista, professor da UFPI, a ocupação do centro é um avanço, mas não basta. “É preciso transporte acessível, segurança e editais públicos que descentralizem a produção. Caso contrário, a cultura segue como privilégio, não direito.”



Uma cidade que ferve, mas nem sempre acolhe

Enquanto a noite cai, o Casa Barro enche-se de vozes que pagaram para ouvir um trio de jazz. No coreto, o samba segue livre, chamando quem quiser dançar. Duas realidades, um mesmo CEP.

Dona Nilda, 63, assiste ao movimento da praça com um leque improvisado. “É bom ver a cidade viva de novo. Mas pra ser de todos, precisa caber no bolso e na vida do povo”, diz, antes de se perder na multidão.

O centro cultural de Teresina renasce, sim. Mas a pergunta persiste, latejante como o calor da tarde: quem, de fato, consegue entrar nessa festa?



Show da Cada Barro.

Família Pereira Batista: quando a solidariedade se transforma em herança

O projeto que nasceu do amor e continua florescendo nas vozes, nos gestos e nos sorrisos de quem acredita na força da comunidade.

Por Arnaldo Bruno Gomes



Crianças do Projeto Social Família Pereira Batista. Foto: Arnaldo Bruno Gomes

O sol ainda nem havia subido por inteiro quando Ana Maria Braga ajeitava o vestido florido da filha. Gabriela, de sete anos, rodopiava na sala como se o chão fosse palco, rindo alto e perguntando a cada minuto se já era hora de sair.

“Calma, minha filha, o evento vai ser lindo, mas ainda temos que pentear esse cabelo todo”, dizia Ana, tentando controlar a ansiedade que também sentia. Era dia de ação comunitária do Projeto Social Família Pereira Batista, no bairro da Santa Maria

da Codipi, o ar já carregava algo diferente, um misto de alegria, curiosidade e esperança.

Do lado de fora, o som de risadas e conversas se misturava ao barulho do vento nas árvores. As crianças corriam com os rostos pintados, carregando balões e brinquedos improvisados. Entre elas, Gabriela segurava firme a mão da mãe. “Ela não dormiu direito de tanta empolgação”, contou Ana, entre um sorriso e o olhar marejado. “Dizia que queria ver o leão, o moço vestido de leão, e que ia brincar até cansar. Acho que nunca a vi tão feliz.”

O “leão” era Edson Filho, um dos organizadores do projeto, que naquele dia havia decidido transformar a fantasia em símbolo de coragem e alegria. Cercado por dezenas de crianças, ele rugia de brincadeira, arrancando gargalhadas. O calor do sol escorria pelo rosto sob a máscara, mas Edson seguia firme, dançando, abraçando, fazendo da fantasia um escudo contra qualquer tristeza. “Quando vejo o sorriso deles, tudo vale a pena. É como se a gente vestisse um pouco da infância que ficou pra trás”, comentou, já sem o fôlego, mas com o brilho nos olhos.

Perto dali, Kátia Pereira se dividia entre a entrega dos presentes e as brincadeiras. A cada criança que se aproximava, ela se abaixava, perguntava o nome, fazia graça, e entregava o pacote como quem oferece mais que um brinquedo oferecia afeto. “É

isso que nos move”, disse, ajeitando o cabelo de uma menina que insistia em soltar o laço. “Levar amor e mostrar que toda criança merece um dia feliz, um olhar de cuidado.”

Enquanto isso, o campo improvisado de futebol fervia. Edson Batista, outro membro da equipe, jogava com os meninos e meninas que o desafiavam em rodadas de pular corda e amarelinha. O piche ficava movimentado, com cada gol, que era celebrado como final de campeonato. “Eles lembram a gente do que é ser criança de verdade”, brincava Edson, cercado de gargalhadas e palmas.



Crianças do Projeto Social Família Pereira Batista. Foto: Arnaldo Bruno Gomes

Entre os pequenos, estava Guilherme Pereira, de quatro anos. Ele acordou antes do sol, pulando da cama e chamando a mãe. “Vamos logo, mamãe, o dia chegou!”, gritava, já calçando o tênis errado de tanta pressa. A mãe, Maria do Socorro, lembrava com ternura: “Ele levantou tão animado, parecia que o coração dele batia no ritmo da capoeira. Disse que queria mostrar os golpes que aprendeu, e que hoje ninguém ia ficar parado.

” No evento, Guilherme foi um dos primeiros a entrar na roda. Girava o corpo com leveza, imitava os mestres e sorria como quem entende que o mundo pode ser dançado. “Para ele, a capoeira é voar sem sair do chão”, disse sua mãe, depois, dele sentando ofegante sob a sombra de uma árvore.



Crianças do Projeto Social Família Pereira Batista. Foto: Arnaldo Bruno Gomes

Enquanto o dia seguia, o espaço se transformava num mosaico de cores, sons e histórias. As mães conversavam entre si, os voluntários se revezavam nas brincadeiras, e os mais velhos observavam de longe, orgulhosos. Era mais do que um evento social, era um encontro de vidas, um respiro em meio às dificuldades diárias. Ana Maria, exausta, olhava para Gabriela dormindo no colo, o rosto suado e o sorriso ainda aceso. “Esses momentos são o que dão força pra gente continuar”, contou. “Ela vai lembrar disso quando crescer.

Nos bastidores, a equipe trocava olhares cúmplices. Havia cansaço, sim, mas também uma alegria que só quem acredita no bem consegue compreender. “A gente faz porque acredita”, disse Kátia, ao final do evento. “Porque sabe que cada abraço e cada brincadeira podem mudar um pedacinho de alguém.” O entardecer chegou devagar, tingindo o céu de laranja, e as vozes das crianças começaram a se misturar ao silêncio do fim de festa. Restava no ar o cheiro do bolo, o som distante das risadas, e uma certeza, o amor, quando compartilhado, se multiplica.

Foi dessa mesma energia que nasceu, há mais de duas décadas, o Projeto Social Família Pereira Batista. A iniciativa surgiu com os ascendentes da família, Maria do Socorro Pereira Batista e Mariano Fernandes Batista, que, mesmo vivendo de

forma simples, acreditavam na força da inclusão e da igualdade. Pais de dezoito filhos, dez biológicos e oito do coração, eles cultivaram um legado de generosidade e união. “Mamãe dizia que a gente não precisa ter muito pra dividir o que tem”, lembra Kátia Pereira, hoje uma das organizadoras.

Em 12 de outubro de 1998, a família realizou o primeiro evento comunitário, reunindo crianças do bairro em um dia de brincadeiras, carinho e acolhimento. Desde então, a tradição nunca mais parou. A cada edição, novos rostos se juntam, novas histórias são contadas, e o espírito de Socorro e Mariano permanece presente, como uma chama que não se apaga.

Mesmo que já não estejam fisicamente entre os organizadores, a essência dos fundadores continua guiando cada gesto e sorriso. O Projeto Social Família Pereira Batista segue firme, atravessando gerações, levando amor, solidariedade e esperança a quem mais precisa. E a cada evento, quando as crianças correm, riem e se abraçam, é como se a história de Socorro e Mariano renascesse viva, vibrante, e eterna no coração de todos.

Embalos de Segunda à Noite

Por João Pedro Luna



Gonzaga Lu se apresenta no palco durante o Forró Debaixo da Ponte. Foto: João Pedro Luna

No carro, bem antes de abrir a porta, ali na descida para a Avenida Marechal, já ouvia a percussão que fazia meus pés tremerem animados. À medida que fui me levantando, o coração palpitava mais forte. Tenho um hábito, uma mania besta, toda vez que vou em um local desconhecido, sempre acabo ficando bastante ansioso. Dessa vez, não foi diferente.

Cheguei devagarinho, observando aqueles seres estranhos se mexendo debaixo da ponte. Olhava para os pés das pessoas e tentava adivinhar se eram os garçons se movendo rapidamente para servirem às mesas ou eram os casais, apressados, correndo para a pista ao ouvirem a primeira nota de um forró marcante.

Todas às segundas-feiras na capital mais quente do mundo já são marcadas por uma programação calorosa e tão animada quanto aos embalos de sábado à noite. Artistas, forrozeiros, sanfoneiras, vendedores, flanelinhas e bêbados de rua se juntam logo no início da semana, quase que de teimosia, para aproveitar o *Forró Debaixo da Ponte*, projeto existente desde 2019 e que marca a Ponte Juscelino Kubitschek como um festival ao ar livre.

Forró raiz, xote, pé-de-serra e qualquer outra pedrada que você faz você se lembrar de quando era criança e ficou obcecado com festa junina ou o CD mais novo da banda Calcinha Preta. Essa é a sensação que fez um dos idealizadores e organizador do projeto, Gonzaga Lu, se juntar com outros amigos e criar o projeto, que hoje colhe os frutos de uma tradição já consolidada em Teresina.



Público se diverte dançando forró durante as apresentações. Foto: João Pedro Luna

“Atualmente, são seis anos de existência, abraçados pelo público em geral que todas as segundas comparecem aqui no nosso cantinho.” Trajado de chapéu de vaqueiro desenhado ao estilo gonzaguiano, Gonzaga Lu tem o brilho nos olhos de quem está falando do que mais gosta. Para ele e outros artistas que frequentam às noites de forró, é um momento de celebração do trabalho musical que exercem em um ambiente que fazem deles verdadeiras estrelas, nem que seja só por uma noite.

Revivendo uma tradição que foi se afastando do centro da cidade, o Forró Debaixo da Ponte aproxima todas as gerações em um denominador comum: a paixão pelo forró. “Em Teresina, outros segmentos e artistas também estão realizando semanalmente o forró em diversos pontos da cidade. Graças a Deus é um hábito que só tende a crescer e se desenvolver em nossa capital”, diz Gonzaga com um sorriso marcante.



Bares e restaurantes lotados durante o forró. Foto: João Pedro Luna

Para o futuro, ninguém sabe. Mas para alguém que só frequentou duas vezes essa festa tão divertida, é certeza que o

projeto tende a crescer a cada segunda-feira. Gonzaga, esperançoso, acredita que dos maiores problemas, o tempo é o único

que o faz querer viver eternamente e, nem que não escape do destino, consiga ouvir lá de cima a sanfona, a zabumba e o triângulo. “A nossa pretensão é deixar um legado e, principalmente, uma continuidade à esse projeto tão importante para nós, artistas gonzaguianos ligados ao forró de raiz.”

Ai de um país que não valoriza sua própria cultura. Aqui, nossa história é outra, ainda que não seja perfeita do jeito que poderia ser. É por isso que contra todas as dificuldades do dia a dia, fazer arte, seja ela qual for, se torna mais fácil quando é incentivada. “Projetos como esse ajudam a consolidar uma programação cultural de identidade própria, acessível e atrativa para o público em geral, preservando e promovendo o forró como patrimônio imaterial do Piauí”, explica Paula Leal, secretária do Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC).

“O SIEC é fundamental para viabilizar e fortalecer projetos culturais como o Forró Debaixo da Ponte, pois oferece aos artistas e produtores a possibilidade de acesso a recursos essenciais para a realização de eventos com qualidade e continuidade.” Paula, enquanto representante do Estado, busca, juntamente de uma comissão formada pela sua pessoa e demais representantes de diversos eixos culturais, incentivar e tratar as manifestações artísticas como se deve: prestigiando quem a produz.

O discurso sobre o empobrecimento cultural em Teresina sempre foi uma pauta debatida por décadas e que persiste

até os dias de hoje. Infelizmente, um raciocínio ignorante ataca uma cultura rica ao invés de questionar de fato outros milhares de problemas relevantes que custam à nossa população noites de sono.

Nossa cultura e nossos artistas são redescobertos diariamente através das redes sociais que alcançam e engajam as massas. Os artistas que se doam hoje e os que permaneceram com o passar dos anos, não devem nada a ninguém. Assim como o Forró Debaixo da Ponte: uma ideia que persistiu na cabeça dos amantes do gênero que não se encontravam em mais nenhum outro espaço. “No caso específico deste projeto, que ocorre semanalmente na Ponte Juscelino Kubitscheck, o patrocínio captado por meio do incentivo permite não somente a manutenção da estrutura física, como som, palco e iluminação, mas também a valorização dos músicos e reconhecimento da sua arte”, afirma a secretária.

No cenário da festa, há quem aproveite o espaço para tirar seu pão de cada dia. Presença marcante logo em frente à pista de dança, Lucas Rubin vende seus produtos personalizados com temática nordestina. “Há exatamente um ano, toda segunda-feira eu estou aqui vendendo, apresentando minhas camisas e estampas. Até pelo público, a maioria são ligadas ao forró e Luiz Gonzaga. Tudo em uma mesma vibe”, afirma o comerciante.

Para quem trabalha, embora o cansaço da função prevaleça no fim da noite, a melodia da sanfona parece facilitar na hora dos visitantes abrirem os bolsos, tornando assim uma experiência onde todos ganham. “Na minha opinião, é a melhor segunda-feira de Teresina. É um clima gostoso, um forró maravilhoso”, completa o vendedor.

O ambiente não poderia ser melhor. Para quem bebe e para quem não bebe também.

Todos que por um acaso passam ali do lado e, por acaso, ouve uma zuada gostosa, são invocados para matar sua curiosidade pessoalmente. Os bares, todos lotados, sem contar as mesas preenchidas. Talvez sejam as cadeiras que ainda tem algum descanso à noite, isso porque é impossível ficar sentado quando seu corpo diz o contrário.

REVISTA

OXENTE!

NOVEMBRO 2025 | EDIÇÃO 22